



EXERCÍCIO 1994

**Electricidade de Lisboa
e Vale do Tejo, S.A.**

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
REESTRUTURAÇÃO DA EPP E CRIAÇÃO DA LTE	4
CORPOS SOCIAIS E QUADROS DIRIGENTES	5
CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	7
MOVIMENTOS DE ENERGIA	8
AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE	8
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE	8
A ACTIVIDADE EMPRESARIAL	10
ACTIVIDADE COMERCIAL	11
POLITICA COMERCIAL	11
COMPRA E VENDA DE ENERGIA	12
FACTURAÇÃO E COBRANÇA	14
AVENÇAMENTO DOS CREDITOS	15
RELACIONAMENTO COM O MEIO ENVOLVENTE	16
DESENVOLVIMENTO E EXPLORAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO	17
COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL	19
RELACIONAMENTO COM OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO	19
OUTRAS ACTIVIDADES	20
ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	20
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	21
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	22
CERTIFICAÇÃO QUALIDADE	22
RELAÇÃO COM O CLIENTE	23
RECURSOS HUMANOS	24
RELAÇÃO COM ECONOMIA E FINANÇAS	26
RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	26
RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO	26
RELAÇÃO COM O CLIENTE E RESULTADOS DE ATIVIDADES	28
RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	28
RELAÇÃO COM O CLIENTE	30
RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	32
RELAÇÃO COM O CLIENTE	32
RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	34
RELAÇÃO COM O CLIENTE	34
RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	35
RELAÇÃO COM O CLIENTE	40
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995	44
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	44
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, RESULTADOS	44
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	49
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	49
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	56
DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO	57
RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL	58
CERTIFICAÇÃO DE CONTAS	59
EXTRATO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	60
ANEXO ESTATÍSTICO	61

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
REESTRUTURAÇÃO DA EDP E CRIAÇÃO DA LTE	4
CORPOS SOCIAIS E QUADROS DIRIGENTES	5
CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	7
MOVIMENTOS DE ENERGIA	8
AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE	8
CONSUMOS DE ELECTRICIDADE	8
A ACTIVIDADE EMPRESARIAL	10
ACTIVIDADE COMERCIAL	11
POLÍTICA COMERCIAL	11
COMPRA E VENDA DE ENERGIA	12
FACTURAÇÃO E COBRANÇA	14
EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS	15
RELACIONAMENTO COM O MEIO ENVOLVENTE	16
DESENVOLVIMENTO E EXPLORAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO	17
COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL	19
RELACIONAMENTO COM OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO	19
OUTRAS ACTIVIDADES	20
ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS	20
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	21
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	22
POLÍTICA DE QUALIDADE	22
POLÍTICA DE AMBIENTE	23
RECURSOS HUMANOS	23
EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	26
FINANCIAMENTO	26
INVESTIMENTO	26
REALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	28
BALANÇO	28
CUSTOS E PROVEITOS	30
ASPECTOS FISCAIS E PARAFISCAIS	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
PERSPECTIVAS PARA 1995	32
PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS	33
NOTA FINAL	33
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	36
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1994	38
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	39
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	39
ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	56
DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO	57
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	58
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	59
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	60
ANEXO ESTATÍSTICO	61

Culminando o longo e complexo trabalho desenvolvido no interior da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., por decisão da sua assembleia geral, realizada em 18 de Agosto de 1994, nasceu o Grupo EDP - em concretização do plano geral de cisões elaborado pelo Conselho de Administração da EDP, de harmonia com o disposto nos Decretos-Lei nº 7 / 91, de 8 de Janeiro e nº 131 / 94, de 19 de Maio - tendo sido constituídas várias empresas que correspondiam, genericamente, às grandes áreas de negócio existentes na EDP.

Uma das quatro empresas criadas para assegurar regionalmente a distribuição de energia eléctrica foi a LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. com a configuração territorial que correspondia à anterior Direcção Operacional de Distribuição Tejo (DODT).

Por decisão da Assembleia Geral da LTE realizada em 2 de Setembro de 1994 veio a ser constituída a HIDROTEJO - Hidroeléctrica do Tejo, S.A. cujo capital é totalmente detido pela LTE, para a qual foram destacados os centros produtores de energia eléctrica que anteriormente pertenciam à DODT.

A LTE foi constituída com um capital social de 42 900 000 contos e sede na Rua Camilo Castelo Branco, nº 43, em Lisboa. O seu objecto social principal é a distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.

O património destacado para a nova Empresa foi o que, na anterior estrutura da EDP, correspondia à actividade de distribuição de energia eléctrica desempenhada pela Direcção Operacional de Distribuição Tejo e é constituído, essencialmente, por

linhas aéreas e subterrâneas, subestações, postos de transformação e de seccionamento e centros de comando e controlo, que fazem parte das redes de alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão (BT).

Este património abrange instalações, terrenos, edifícios, equipamentos (incluindo mobiliário e equipamento de escritório e de informática), viaturas e materiais afectos às actividades técnicas, comerciais e de apoio.

O conjunto dos recursos humanos que integrou a LTE é basicamente constituído pelos trabalhadores anteriormente afectos à actividade de distribuição da DODT e por trabalhadores provenientes de outras antigas direcções da EDP.

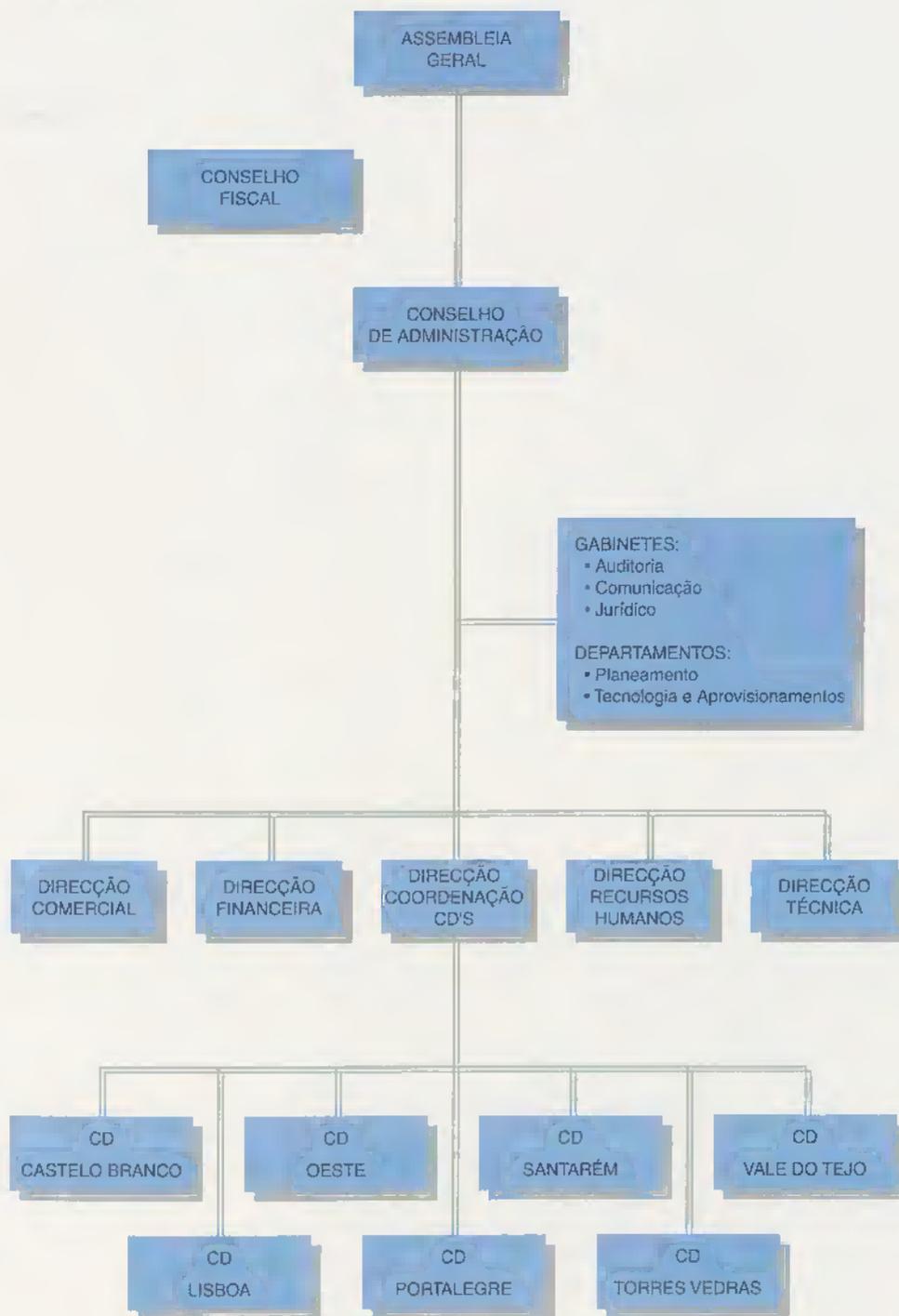
A nova Empresa teve o seu início formal de actividade em 1 de Setembro, embora, conforme decidido na referida assembleia geral da EDP, seja considerada a data de 1 de Janeiro de 1994, para efeitos contabilísticos, como data a partir da qual as operações efectuadas pela EDP, enquadradas no âmbito de cada uma das sociedades, se têm como efectuadas por conta dessas sociedades.

Assim, o presente relatório e documentos de prestação de contas referem-se à globalidade da actividade desenvolvida pela agora LTE durante todo o ano de 1994.

Embora 1994 seja o primeiro ano de actividade da LTE, para melhor enquadramento das análises realizadas, recorreu-se, sempre que tal se revelou adequado, a comparações com anos anteriores, uma vez que a área de actuação da Empresa coincide com a da anterior DODT.

CORPOS SOCIAIS E QUADROS DIRIGENTES

ORGANIGRAMA



Situação em Dezembro 1994

Mesa da Assembleia Geral

Dr. Manuel de Jesus Martins
Presidente

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Vice-Presidente

Dr. Mário de Almeida e Brito
Secretário

Conselho Fiscal

Dr. Rui Rodrigues Pena
Presidente

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção,
SROC, representada por Dr. António de Moura
Rodrigues
Vogal (ROC)

Dr. José Norberto Rocha Januário
Vogal

Bernardes, Sismeiro & Associados
Vogal (ROC) Suplente

Dr. Miguel Oliveira Ascensão
Vogal Suplente

Conselho de Administração

Engº Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães
Presidente

Engº Francisco de la Fuente Sánchez
Vogal

Engº José Alberto Marcos da Silva
Vogal

Estrutura Central

Engº Carlos Ferreira Botelho
Director Comercial

Dr. Manuel Lopes Agostinho
Director Financeiro

Dr. Mário de Almeida e Brito
Director de Recursos Humanos

Engº Óscar Roncon de Albuquerque
Director Técnico

Engº José Borges da Fonseca
Dir. Gabinete Comunicação

Dr. José Nifário Pires
Dir. Gabinete Jurídico

Engº Manuela Maria Pinto
Subdir. Planeamento

Engº Luis Hogan Teves
Subdir. Tecnologia e Aprovisionamentos

Centros de Distribuição

Engº António Oliveira Chaleira
Director do CD Castelo Branco

Engº Manuel São Miguel Oliveira
Director do CD Lisboa

Engº Adelino Lobato Correia
Director do CD Oeste

Engº Augusto Maia Alves
Director do CD Portalegre

Engº Silvestre Luciano Pereira
Director do CD Santarém

Engº Manuel Messias Silvestre
Director do CD Torres Vedras

Engº Carlos Santos Franco
Director do CD Vale do Tejo

A LTE desenvolve a sua actividade em 52 concelhos dos distritos de Lisboa, Santarém, Portalegre e Castelo Branco, abrangendo uma área de pouco mais de 18 mil km², correspondente a cerca de 20 % do território do Continente.

Nesta área, presta o serviço de abastecimento de energia eléctrica a um pouco mais de 2,7 milhões de habitantes, correspondentes a cerca de 30 % da população de Portugal Continental.

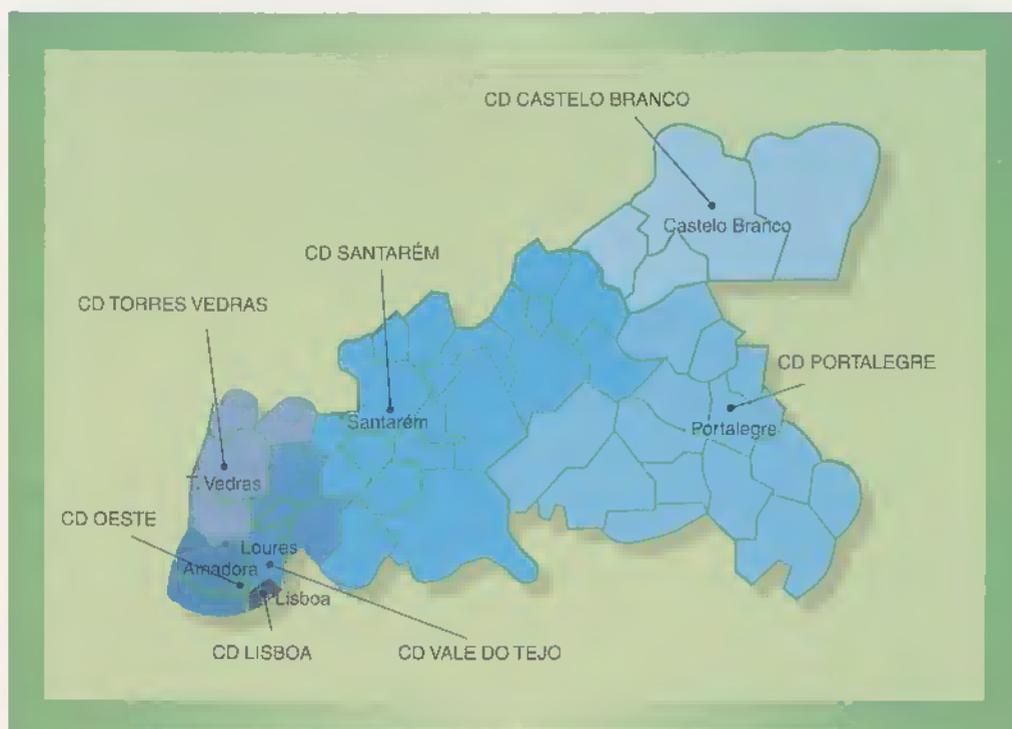
A área de actuação apresenta características muito diferenciadas de concentração demográfica e desenvolvimento industrial, variando a densidade populacional, nos vários concelhos, entre mais de 9 000 e menos de 10 habitantes por km² e a captação de energia eléctrica entre 8 300 e 760 MWh por ano, com valores médios, respectivamente, de 150 habitantes por km² e 2 600 MWh por ano.

A energia vendida é da ordem dos 7 000 GWh anuais, a que corresponde um volume de vendas de 144 milhões de contos. Como Empresa vinculada integrada no Sistema Eléctrico de Serviço Público, a LTE tem, como principal fornecedor, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.

Para o desenvolvimento das suas actividades a Empresa realiza anualmente um investimento superior a 20 milhões de contos e conta com a colaboração de cerca de 3 000 trabalhadores.

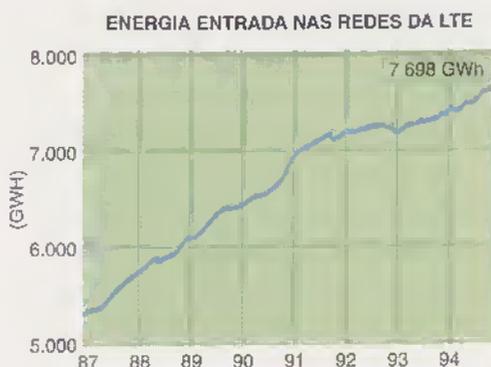
Para prestação do serviço de abastecimento de energia eléctrica aos seus 1 334,5 mil Clientes, a Empresa está estruturada em sete Centros de Distribuição - Lisboa, Oeste, Vale do Tejo, Santarém, Torres Vedras, Portalegre e Castelo Branco.

Para uma melhor aproximação ao Cliente, os Centros de Distribuição encontram-se territorialmente organizados em unidades técnicas e unidades comerciais.



AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

O consumo de energia eléctrica, na área geográfica que presentemente corresponde à LTE, evoluiu, nos últimos cinco anos, à taxa média de 3,5 %.



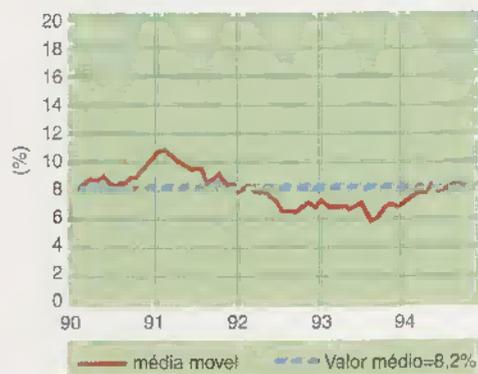
A energia entrada nas redes da LTE (7698 GWh) foi predominantemente fornecida pela REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. (97 %). A energia adquirida à Hidrotejo (167,9 GWh), superior em cerca de 90 % à do ano anterior, representou apenas 2 % do total da energia entrada. O restante 1 % reparte-se igualmente entre os fornecimentos de Produtores Independentes e as pequenas entregas feitas pelas Empresas Distribuidoras CENEL - Electricidade do Centro, S.A. e SLE - Electricidade do Sul, S.A., em zonas de fronteira.

A energia entrada na rede da LTE para consumo teve, em 1994, um crescimento de 3,5 % em relação ao ano anterior. Os consumos totais facturados cresceram a uma taxa de 2,3 %. As perdas atingiram o valor de 8,3 %, valor este muito próximo da média dos cinco anos anteriores (8,2 %). Nos valores relativos à energia entrada foi já considerada uma correcção aos fornecimentos da REN, só conhecida em 1995.

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE

Como forma de melhor caracterizar a distribui-

EVOLUÇÃO DAS PERDAS EM %



ção geográfica dos consumos na zona servida pela LTE e as correspondentes evoluções, podem analisar-se as áreas de influência das várias subestações injectoras da REN.

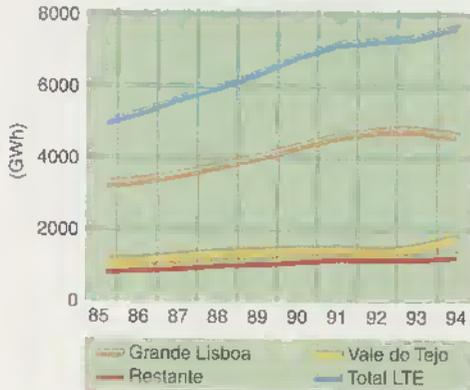
Assim, considerando separadamente as parcelas da "energia entrada" relativas aos fornecimentos realizados através das subestações de Alto de Mira, Carriche, Sacavém e Trajouce (que representam, em termos muito aproximados, os consumos da Grande Lisboa); das subestações de Vale do Tejo (Carregado) e Fanhões, que alimentam toda a área circundante até Santarém, abrangendo a zona industrial desde a Povoa de St^o Iria até à Azambuja; e de todos os restantes injectores, pode verificar-se o peso dominante da área designada por "Grande Lisboa", cujos consumos representaram 61 % dos totais da LTE, seguida pela área designada por Vale do Tejo, que representou 23 % do total.

Contrariando a tendência esperada, os consumos em alta tensão tiveram, em 1994, um crescimento de 9,2 % o que ficou fundamentalmente a dever-se a grandes aumentos de consumo de alguns dos maiores clientes AT da área da LTE.

Os consumos em média tensão parecem evidenciar uma certa recuperação, já que, após um período em que as taxas de evolução se apresentaram negativas, o ano fechou com um crescimento de 3,3 %.

Os consumos em baixa tensão especial (acima de 39,6 kVA) continuam a apresentar forte crescimento, 7,1 % em 1994, justifi-

ENERGIA ENTRADA NA REDE POR GRANDES ÁREAS

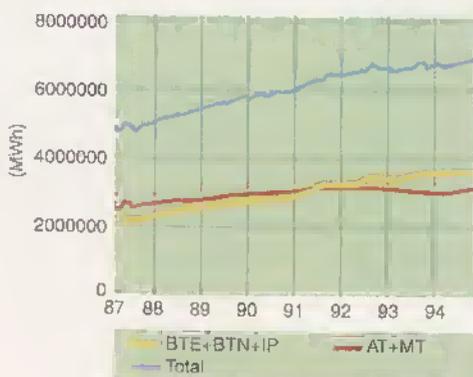


cado, em parte, por continuarem a verificar-se transferências de Clientes da baixa tensão normal para aquele segmento.

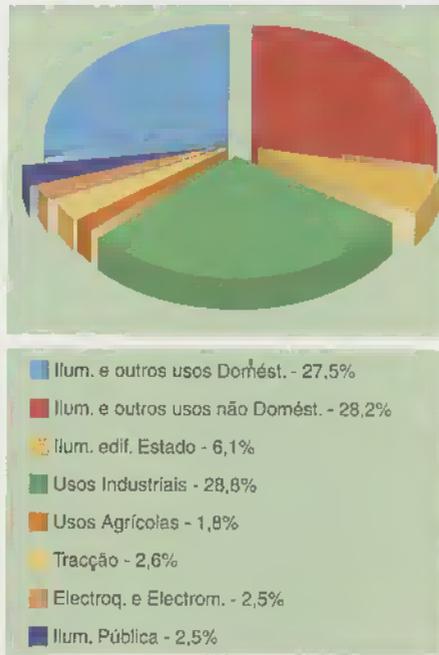
A facturação dos consumos em baixa tensão normal tem reflectido as irregularidades resultantes da implementação do novo sistema comercial (SEGEC). Assim, no ano de 1993, ter-se-ão conseguido recuperar atrasos anteriores, o que conduz a que a comparação 1994 / 1993 tenha um significado pouco preciso. O valor negativo de 0,9 % com que se encerrou o ano, não pode, portanto, ser tomado como uma verdadeira tendência de evolução.

Interessa ainda assinalar que tem vindo a alterar-se lentamente o tradicional equilíbrio entre os fornecimentos em AT + MT e os fornecimentos em BT, representando já estes últimos, em 1994, cerca de 53 % do total. Na repartição de consumos por sectores de actividade verifica-se que o consumo em

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS

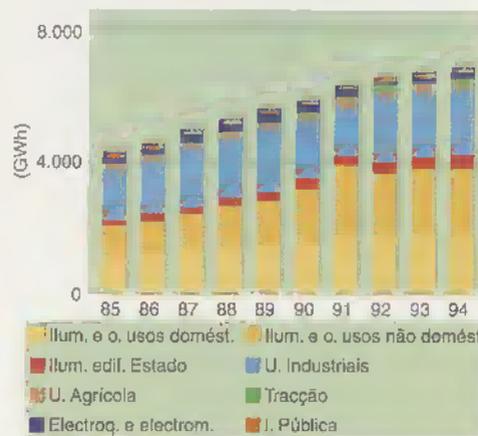


CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS (%)



iluminação e outros usos (domésticos e não domésticos) representa um pouco mais de metade do consumo total (57 %), seguindo-se-lhe o consumo em usos industriais (28,8 %), situação esta muito próxima da verificada em 1993.

EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS



Manteve-se, durante o ano, o abastecimento, através das redes da LTE, de pequenas áreas a cargo da SLE e da CENEL, o que não representou, porém, mais do que 0,7 % do total dos consumos.



ACTIVIDADE COMERCIAL

Política comercial

A política comercial da Empresa foi orientada, essencialmente, para dois objectivos estratégicos :

- Melhoria e uniformização dos procedimentos, tendo em vista a satisfação das necessidades dos Clientes e a prestação de um melhor serviço;
- Rigor na execução do ciclo comercial, nomeadamente na cobrança dos créditos.

Em relação ao primeiro destes objectivos, e seguindo a mesma via que percorre a maioria das empresas congéneres da Europa, foi definida uma estratégia de "atendimento global" visando concentrar num mesmo número de telefone (de acesso gratuito) a generalidade das situações de contacto dos Clientes com a Empresa.

A introdução do Sistema de Gestão de Incidentes (SGI) nos Centros de Distribuição Lisboa e Oeste permitiu que, em 1994, ficassem já abrangidos pelo "atendimento global" mais de metade dos Clientes da LTE. Nos Centros de Distribuição Castelo Branco, Santarém e Portalegre, e como solução intercalar, foram entretanto instaladas "linhas verdes" para comunicação de faltas de corrente nas instalações dos Clientes.

Salienta-se ainda que, como forma de sensibilizar crescentemente todos os intervenientes, foi desenvolvido elevado esforço em acções de formação, nomeadamente para atendedores - tanto em aspectos de aplicação da política comercial da Empresa no relacionamento com os Clientes, como nas áreas comportamentais e de técnicas de electricidade - e ainda na promoção de encontros regulares dos responsáveis

comerciais, para levantamento e análise dos problemas surgidos e procura de soluções comuns.

A existência de Centros de Distribuição eminentemente urbanos e de outros com características mais rurais cria dificuldades de uniformização de procedimentos, em virtude de os problemas surgidos serem, em parte, diferentes.

Este aspecto, acrescido do facto de o SEGEC ter sido introduzido há menos tempo na zona da Grande Lisboa - não se tendo aí atingido ainda, totalmente, a esperada descompressão na afluência de Clientes aos balcões da Empresa - e das dificuldades existentes com a obtenção de instalações adequadas em alguns locais, não permitiu alcançar, nesta zona, o grau de qualidade no atendimento já possível nos restantes Centros de Distribuição.

Durante o ano verificou-se a abertura ao público dos novos balcões de Odívetas (concelho de Loures) e de Oeiras e a remodelação do balcão da Av. Infante Santo, em Lisboa. Por outro lado, e no prosseguimento da política de maior cobertura do território, foram estabelecidos mais cerca de duas dezenas de agentes de cobrança.

Inserida nesta vertente estratégica, há que referir ainda a instalação de "caixas de sugestões" nos balcões de atendimento, com o fim de recolher as opiniões dos Clientes quanto ao funcionamento dos serviços e que, de outro modo, nunca chegariam à Empresa.

Ao desenvolvimento de uma estratégia de "garantias de serviço", entendidas como compromissos de qualidade a assumir perante os Clientes, foi também dada especial atenção.

Quanto ao segundo objectivo fixado, os aspectos mais marcantes a referir são, na média tensão, a utilização de terminais por-

táteis de leitura e a facturação "ao dia" e, na baixa tensão, o incentivo à autoleitura dos contadores e ao pagamento por transferência bancária.

No domínio da Utilização Racional de Energia (URE), para além do apoio dado a Clientes - nomeadamente na escolha da melhor opção tarifária, compensação de energia reactiva, dupla medida de ponta, tarifas bi-horárias - foi desencadeada uma campanha sistemática de incentivo à correcção do factor de potência, acompanhada de uma mais alargada instalação de contadores de energia reactiva na BTE, por forma a evidenciar os respectivos consumos.

Compra e venda de energia

Compra de energia

Conforme referido, a energia distribuída pela LTE é adquirida fundamentalmente à REN (97 %), à Hidrotejo, a Produtores Independentes e a outras Empresas Distribuidoras (CENEL e SLE).

O montante global correspondente à compra de energia eléctrica foi de 77 milhões de contos, sensivelmente da mesma ordem de grandeza do valor do ano anterior.

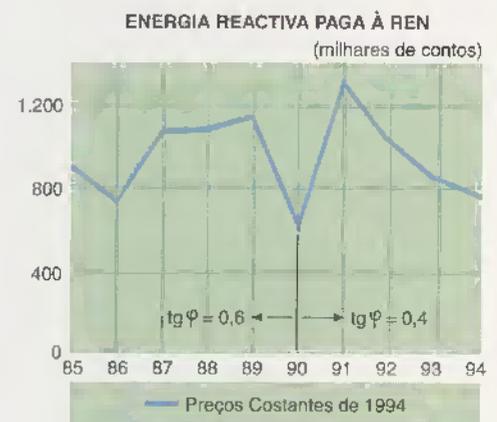
COMPRA DE ENERGIA ELÉCTRICA

Unidade: milhares de contos

Fornecedores	1993	1994	Variação (%)
REN	76 493	74 777	- 2,2
Hidrotejo	925	1 696	83,4
Prod. indep.	453	363	- 19,9
SLE	164	159	3,1
CENEL	19	21	10,5
Total	78 054	77 016	- 1,3

Embora mantendo-se ao mesmo nível de 1993, merece referência especial a energia comprada a produtores independentes, pelo facto de a respectiva tarifa, regulada pelo Decreto-Lei nº 189 / 88, de 27 de Maio, conduzir a preços significativamente superiores aos da REN.

A energia reactiva paga pela LTE tem vindo a assumir valores significativos ao longo dos últimos anos, com a conseqüente penalização no preço médio de compra.

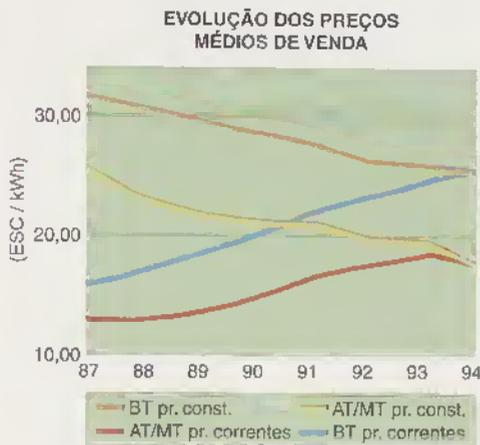


A necessidade da sua compensação tornou-se, assim, uma prioridade, estando em curso um programa de instalação sistemática de baterias de condensadores nas subestações AT / MT, cujos resultados se traduzem já numa progressiva diminuição do valor da energia reactiva paga à REN.

Venda de energia

Os preços de venda de energia eléctrica bem como as regras inerentes às diversas aplicações tarifárias foram aprovados com base no Decreto - Lei nº 18-A / 89, de 12 de Janeiro, através de Convenção celebrada entre a Direcção-Geral de Concorrência e Preços, em representação da Administração, e a EDP, dando origem ao Sistema Tarifário de Venda de Energia Eléctrica relativo a 1994, que entrou em vigor em 1 de Janeiro.

De um modo geral, nos clientes considerados do sector produtivo - AT, MT e BTE - verificaram-se diminuições de 1 % em todas as taxas e tarifas, cifrando-se esse desagramento em 3 % nos preços da energia de horas de vazio.



Para a generalidade dos clientes domésticos (baixa tensão com potências contratadas até 19,8 kVA), verificou-se um acréscimo de 3 %, valor este inferior à taxa de inflação, correspondendo, portanto, a uma diminuição real do preço.

Ainda no domínio do tarifário, refira-se a existência de dois importantes Clientes que aderiram às cláusulas de interruptibilidade previstas em Adenda à referida Convenção. O montante da receita global da Empresa, correspondente à venda de energia eléctrica, foi de 143,9 milhões de contos, valor este 7,5 % superior ao do ano anterior.

O número de Clientes em 31 de Dezembro era de 1 334 500 (crescimento de 1,75 % em relação ao ano anterior) sendo 14 em AT, 4 569 em MT, 5 928 em BTE e 1 329 917 em BT.

VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA

Nível de Tensão	1993			1994		
	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (ESC/kWh)	Valor (milhares de contos)	Energia (MWh)	Preço Médio (ESC/kWh)
AT	9 075	712 882	12,73	9 037	778 425	11,60
MT	43 142	2 467 823	17,48	45 404	2 548 355	17,82
BTE	10 563	461 841	22,87	11 536	494 830	23,31
BT	69 287	3 076 710	22,52	76 103	3 049 653	24,95
IP	1 809	115 450	15,67	1 801	116 780	15,42
TOTAL	133 876	6 834 707		143 882	6 988 044	

Facturação e Cobrança

Facturação

A facturação de energia eléctrica, considerada como o conjunto dos correspondentes valores levados a débito da conta de clientes, atingiu, em 1994, o montante global de 153,0 milhões de contos, correspondendo 8,9 milhões de contos a fornecimentos de energia em AT, 47,4 milhões de contos a fornecimentos em MT, 12,1 milhões de contos a fornecimentos em BTE, 82,6 milhões de contos a fornecimentos em BT e 2,0 milhões de contos a fornecimentos em IP.

Relativamente a 1993 verificou-se um aumento global de 2,5 % no montante da facturação de energia eléctrica, representando o valor da facturação em baixa tensão mais de 63 % do valor total da facturação.

FACTURAÇÃO DE ENERGIA

Unidades: milhares de contos

Nível de tensão	1993	1994
Alta tensão	9 491	8 952
Média tensão	46 581	47 383
Baixa tensão especial	11 444	12 097
Baixa tensão	79 706	82 628
Iluminação pública	2 051	1 967
TOTAL	149 273	153 027

Não inclui facturação a Empresas do Grupo EDP

Em 1994 a aplicação da Adenda à Convenção tarifária, relativa a grandes consumidores e à interruptibilidade, resultou numa redução da facturação da ordem de 1,4 milhões de contos.

Cobrança

A recuperação de créditos tem ocupado lugar de destaque nos objectivos fixados nos últimos anos, sendo visíveis e sustentados os resultados dos esforços desenvolvidos. A evolução do valor das dívidas vencidas e do rácio cobrança / facturação é reflexo das acções implementadas. Após um período - 1989 a 1991 - em que se verificou uma acentuada recuperação nos créditos sobre clientes do Sector "Empresas e Particulares", em paralelo com os efeitos decorrentes dos acordos de amortização de dívidas celebrados com a quase totalidade das Autarquias, entrou-se numa fase de estabilidade do comportamento dos clientes inseridos nestes Sectores.

O índice global de cobrança de facturas relativas ao fornecimento de energia eléctrica, entendida como a agregação dos valores levados a crédito da conta de clientes, atingiu 99,9 %, isto é, a cobrança igualou praticamente a facturação.

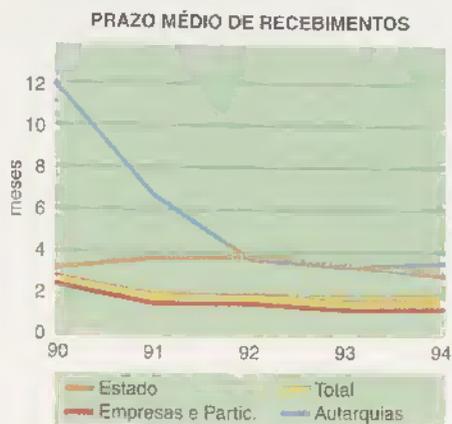
EVOLUÇÃO DO RÁCIO COBRANÇA / FACTURAÇÃO

(%)

Sector de Actividade	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Estado e Org.Ofic.	94,8	96,5	109,2	89,9	98,7	102,2	103,6
Autarquias Locais	48,0	138,3	172,8	98,6	118,7	98,2	98,7
Empresas e Partic.	98,6	100,7	100,6	104,2	98,0	101,4	98,7
TOTAL	97,4	101,2	102,5	103,1	98,7	101,4	99,9

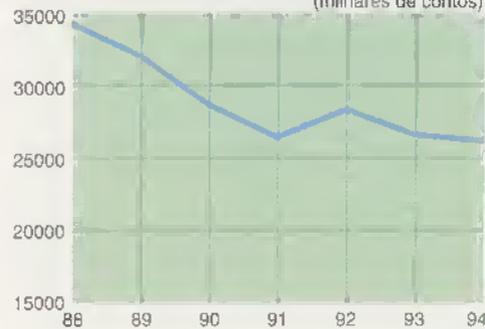
Desde 1993 que são já visíveis sintomas de inversão no comportamento dos Clientes do Sector Estado. Na realidade, embora numa situação que carece ainda de melhoria, assiste-se a uma continuada recuperação no índice da eficácia de cobrança que, nos dois últimos anos, superou os 100 %. No entanto, os pagamentos por parte de alguns Organismos, com peso significativo, são feitos com grande atraso, o que conduz a prazos médios de recebimento elevados, com a consequente emissão sistemática de notas de débitos de juros de difícil cobrança.

cobranças, foi possível, apesar do encurtamento dos prazos que medeiam entre a leitura e a facturação, com a consequente antecipação das datas de vencimento das facturas emitidas, reduzir o saldo da conta de clientes que, em 31 de Dezembro de 1994, apresentava o valor de 26,5 milhões de contos.



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

(milhares de contos)



O Sector das Autarquias foi o único em que se verificou agravamento da dívida, facto fundamentalmente devido ao elevado volume de solicitações para a realização de trabalhos, designadamente de iluminação pública.

EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS

Como resultado da política de rigor que se tem continuado a seguir no capítulo das

DÍVIDA DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

Sector de Actividade	1993		1994		Variação (%)
	(milhares de contos)	(%)	(milhares de contos)	(%)	
Estado e Organismos Oficiais	3 593	13,4	3 434	13,0	-4,4
Autarquias Locais	2 392	8,9	2 940	11,1	22,9
Empresas e Particulares	20 869	77,7	20 114	75,9	-3,6
TOTAL	26 854	100,0	26 488	100,0	-1,4

Relacionamento com o meio envolvente

Para além dos aspectos relacionados com os Clientes, já referidos quando se falou de Política Comercial, o relacionamento da Empresa com o meio envolvente assumiu outras vertentes em que, tendo sempre presentes as orientações de política comercial, se procurou contribuir para a melhoria da imagem da Empresa. Referem-se alguns dos aspectos mais salientes:

Câmaras Municipais

O relacionamento com a totalidade das Câmaras Municipais, quer na sua qualidade de entidades concedentes da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, quer como entidades consumidoras de energia eléctrica, desenvolveu-se dentro dos moldes habituais de boa colaboração mútua em todos os aspectos da vida municipal em que a intervenção da energia eléctrica é relevante.

Em particular, são de referir os protocolos celebrados no âmbito da cartografia digital com as Câmaras Municipais de Lisboa e de Loures e com outros operadores de subsolo (TLP, GDP, EPAL), e o acordo formalizado com os Presidentes das Câmaras

Municipais da ex-Federação dos Municípios do Ribatejo, que permitiu a celebração de escritura pública de regularização da titularidade do património oportunamente integrado.

No que se refere aos pagamentos por parte das Autarquias, foram feitos progressos assinaláveis encontrando-se, de forma geral, os débitos correntes a ser liquidados normalmente. Verificam-se, ainda, no entanto, como já foi referido, algumas situações por regularizar, nomeadamente as resultantes do elevado número de trabalhos de iluminação pública realizados no ano anterior, cujo tratamento tem sido objecto de negociação.

Registe-se também, por inovador neste sector, a realização de uma primeira operação de "Factoring" como mais uma modalidade de celebração de acordos de regularização de dívidas.

Associações de Consumidores

No desenvolvimento de uma política de total abertura ao exterior, continuou a ser dada particular atenção às questões levantadas pelas Associações de Consumidores. Os esclarecimentos prestados pela Empresa foram, de um modo geral, bem aceites por aquelas entidades.

Particular destaque deve ser dado ao relacionamento com o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Cidade de Lisboa, dadas as suas características especiais. Durante o ano de 1994 deram entrada naquele Centro 39 casos relacionados com a LTE, dos quais apenas 11 deram lugar a reclamações formais; destes, 4 foram resolvidos por mediação, 3 deram origem a sentenças do Tribunal Arbitral, tendo 4 transitado para o ano seguinte.

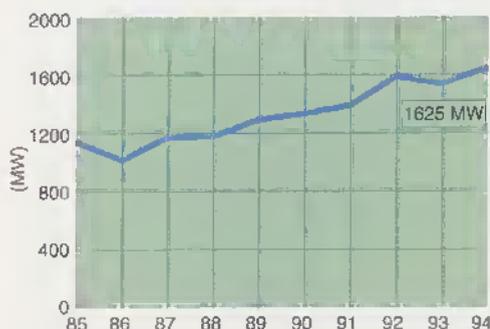
Associações Empresariais

Também com o Sector Empresarial a LTE tem procurado aprofundar um melhor conhecimento mútuo. Dos vários contactos estabelecidos, de forma mais ou menos formal, com associações empresariais, destacam-se as acções de âmbito regional levadas a cabo com a colaboração do Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco e com o Núcleo Empresarial da Região de Santarém, em que foram fundamentalmente abordados assuntos do domínio do tarifário e da utilização racional da energia e com a AICE (Associação dos Industriais de Construção de Edifícios) e a FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica) sobre aspectos relacionados com a indústria da construção civil.

DESENVOLVIMENTO E EXPLORAÇÃO DAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO

No ano de 1994, a ponta máxima síncrona verificada na rede da LTE ocorreu no dia 19 de Janeiro, atingindo o valor de 1 625 MW.

EVOLUÇÃO DA PONTA MÁXIMA



Este valor corresponde a um aumento de 5,4 % em relação à ponta máxima do ano anterior - também ocorrida no mês de Janeiro e que não ultrapassara os 1 543 MW - e insere-se numa taxa média de crescimento de 4,2 % nos últimos dez anos. Para fazer face a esta evolução da procura e ainda para prosseguir a política de melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente, torna-se necessário proceder a uma regular renovação e ampliação da rede.

Como é característico da actividade de distribuição, a quantidade de obras realizadas anualmente é muito grande, embora cada uma delas não assuma, na generalidade, particular relevo.

Durante o ano entraram em serviço as seguintes instalações:

- Nova subestação Arco do Carvalhão (Lisboa), 20 MVA, 60 / 10 kV, destinada a fazer face ao aumento de cargas que se tem vindo a verificar na zona central da Cidade.
- Aumento de 60 MVA na potência instalada em transformadores AT / MT nas subestações Talagueira (concelho de Castelo Branco), Quinta da Caldeira (concelho de Loures) e Casalinhos de Alfaiata (concelho de Torres Vedras).
- Cerca de 80 km de novas linhas aéreas a 60 kV, designadamente para prosseguir-

mento da inserção na rede dos postos de seccionamento de Fanhões e de Trajouce e de ligação às subestações Matacães, Alcoitão e Talagueira, e para reforço da ligação ao injector da Falagueira (REN).

- Cerca de 5 km de novas linhas subterrâneas a 60 kV, essencialmente para alimentação da subestação Arco do Carvalhão a partir do posto de seccionamento de Palhavã.
- Baterias de condensadores nas subestações Arroja, Casalinhos de Alfaiata, Espadanal e Talagueira, no total de 21 MVAr.
- Novas linhas e ramais de MT, com a extensão total de 607 km, 27 % dos quais em cabo subterrâneo.
- 393 postos de transformação públicos e 231 postos de transformação particulares, com um total de, respectivamente, 139 e 115 MVA instalados.
- Linhas de BT com a extensão total de 623 km, dos quais 262 km em cabo subterrâneo.
- Chegadas aéreas e subterrâneas relativas a 23 179 novos clientes em baixa tensão.

Pelas suas características merece uma referência especial a subestação Arco do Carvalhão. Efectivamente, trata-se, por um lado, da primeira subestação digital instalada na cidade de Lisboa, sendo, por outro lado, a primeira instalação construída de raiz para a nova modulação de 2 X 40 MVA adoptada na Empresa para as zonas urbanas. Esta subestação, que ficará inicialmente equipada com dois transformadores de 20 MVA, está, portanto, dimensionada para dispôr de uma potência total de 80 MVA, permitindo a ligação de 40 saídas de média tensão.

Em síntese, as instalações das redes da LTE em serviço, em 31 de Dezembro de 1994, eram constituídas por:

- 70 subestações AT / MT (2 486 MVA) (inclui 30 / 10 kV em Lisboa);
- 30 subestações MT / MT (238 MVA);
- 1 650 km de linhas AT, das quais 213 km subterrâneas;
- 13 311 km de linhas MT, dos quais 3 835 km subterrâneas;
- 8 464 Postos de Transformação de serviço público (2 529 MVA);
- 5 105 Postos de Transformação de serviço particular (2 275 MVA);
- 1 334 milhares de equipas de contagem;
- 290 milhares de focos de iluminação pública.

Prosseguiu durante o ano, em bom ritmo, o programa de teleacção de instalações.

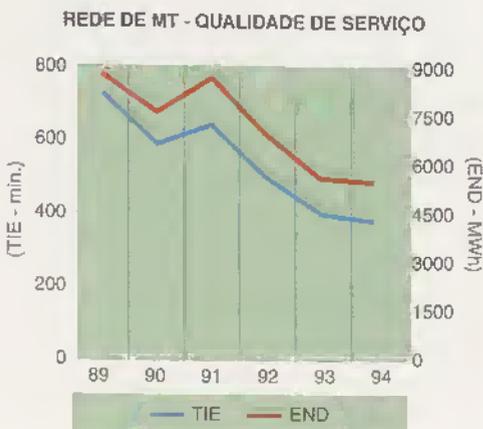
Tendo sido estabelecido como objectivo dotar todos os Centros de Distribuição com um centro de manobras informatizado, procedeu-se, durante o ano, à sua instalação nos Centros de Distribuição Santarém e Vale do Tejo, prevendo-se para 1995 a do Centro de Distribuição Portalegre, que arrancou já em versão "telefónica".

Em cumprimento do calendário previsto passaram a ser também telecomandadas as subestações Cadaval, Casalinhos de Alfaiata, Arco do Carvalhão, Quinta da Caldeira e Anaia, e procedeu-se à renovação do equipamento de telecomando nas subestações Almeirim, Vila Franca de Xira, Póvoa, Mem Martins e Capa Rota. Passaram ainda a ser telecomandados mais 4 postos de seccionamento da rede de média tensão e iniciou-se um vasto programa de instalação de interruptores aéreos telecomandados inseridos nesta rede.

No âmbito da conservação das redes eléctricas, actividade essencial para permitir uma boa qualidade do serviço prestado, e com o objectivo de diminuir os incómodos

causados aos Clientes (e simultaneamente reduzir a energia não fornecida) prosseguiu, durante o ano, a expansão da utilização de técnicas de trabalhos em tensão (TET) na realização de tarefas anteriormente efectuadas com interrupção do fornecimento. Para o efeito, verificou-se um recurso crescente à prestação de serviços por parte de entidades externas devidamente credenciadas.

Pela sua relevância, refiram-se os trabalhos TET de lavagem sistemática de isoladores das linhas aéreas de 60 kV, realizados com o objectivo de prevenir os incidentes eléctricos resultantes da poluição atmosférica, e o forte acréscimo da utilização de técnicas de termovisão, que se têm revelado um meio muito eficaz de diagnóstico do estado dos vários elementos das redes.



Como consequência do investimento realizado e das acções de manutenção e conservação desenvolvidas, tem sido possível prosseguir a tendência de melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes, ou melhor, da qualidade do "produto" fornecido, mensurável através da evolução dos indicadores mais habitualmente utilizados - Tempo de Interrupção Equivalente (TIE) e Energia Não Distribuída (END).

COOPERAÇÃO E ACTIVIDADE INTERNACIONAL

Para além da participação nos principais congressos e colóquios que envolveram o sector eléctrico europeu, procurou-se aprofundar o relacionamento com empresas congéneres na perspectiva de um intercâmbio de experiências.

No âmbito da cooperação, a actividade desenvolvida foi, de uma maneira geral, coordenada pela Internel, no desempenho das suas atribuições específicas dentro do Grupo, salientando-se as acções realizadas nos Açores (colaboração com a Empresa de Electricidade dos Açores na implementação de um novo sistema comercial) e em alguns países africanos de expressão portuguesa (colaboração com a Empresa Nacional de Electricidade, de Angola, na reabilitação de sistemas isolados, com a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda, na modernização administrativa, com a Electra, de Cabo Verde, e com a Electricidade de Moçambique, na área da formação).

RELACIONAMENTO COM OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO

Manteve-se, durante o ano, o tradicional bom relacionamento com a REN, inerente ao próprio funcionamento do sector eléctrico, através de uma boa articulação conjunta nos domínios do planeamento, da exploração e das relações comerciais e com as Empresas Distribuidoras - EN, CENEL e SLE - designadamente, na prestação mútua do serviço comercial aos respectivos Clientes e na procura de soluções comuns no âmbito dos grandes sistemas do Grupo - SEGEC e SIREL.

Neste primeiro ano de actividade da LTE, teve particular relevância a definição e formalização das relações com as várias empresas do Grupo EDP prestadoras de serviços. Encontram-se, neste caso, a LABELEC - empresa de laboratórios a que a LTE recorre com frequência crescente, a MRH - empresa de formação que realiza a generalidade das acções de formação consideradas necessárias, a SÁVIDA - empresa de serviços médicos e as empresas de engenharia HIDRORUMO e PROET.

Relativamente à EDINFOR, empresa informática do Grupo, manteve-se o permanente relacionamento que resulta da importância vital que têm os sistemas informáticos operados por aquela empresa.

Merece naturalmente particular referência a muito estreita colaboração com a HIDROTEJO, a quem a LTE presta um serviço de "apoio geral" nas diversas áreas empresariais em que aquela empresa considerou não ser adequada a criação de estruturas próprias.

OUTRAS ACTIVIDADES

Tratando-se embora de actividades não inseridas no objecto principal da Empresa, merecem referência: a prestação do serviço comercial (atendimento, contratação, leitura, facturação e cobrança) aos Clientes da Gás de Portugal; a prestação do serviço de cobrança de taxas à Radiodifusão Portuguesa e à Direcção-Geral de Energia e a prestação do serviço de cobrança dos consumos de água aos Clientes dos Serviços Municipalizados de Oeiras e Amadora.

ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS

No domínio da organização, e para além do grande trabalho de fundo relativo à imple-

mentação da nova estrutura empresarial resultante da reestruturação da EDP, foi dada, na LTE, especial atenção à consolidação da implantação das unidades técnicas, como unidades de base territorial e de carácter operacional mais próximas dos Clientes.

No domínio dos sistemas, o ano de 1994 foi especialmente marcado pelas actividades relativas ao SIREL, cujos módulos merecem referência individualizada.

Assim, relativamente ao SGO - Sistema de Gestão de Obras - foi concluída a sua implementação na Empresa, verificando-se presentemente a cobertura total dos Centros de Distribuição e podendo afirmar-se que, apesar de algumas dificuldades de percurso fundamentalmente relacionadas com a ligação a outros sistemas, a situação se aproxima da estabilidade.

Concretizou-se também, durante o ano, a interligação entre o SGO e o SEGEC, o que permite o tratamento integrado dos pedidos de novas ligações à rede.

Quanto ao SGI - Sistema de Gestão de Incidentes - a cuja implementação nos Centros de Distribuição Lisboa e Oeste foi já feita referência, prosseguiram os trabalhos de extensão a outras áreas, encontrando-se o processo relativo ao Centro de Distribuição Vale do Tejo em estado avançado de concretização.

Relativamente ao Sistema de Informação Geográfica - SIG - foi já seleccionado pela "equipa de projecto" o software a utilizar, o que permitirá iniciar a introdução de dados referentes ao levantamento cartográfico, em formato digital, respeitante ao concelho de Loures, obtidos na sequência do protocolo oportunamente celebrado.

No que respeita ao Módulo de Planeamento, realizou-se a introdução no sistema DINIS - Distribution Network Information System - de toda a informação existente

relativa à rede de 60 kV e subestações AT / MT e foi iniciada a sua utilização pelos Centros de Distribuição.

Relativamente à área dos Centros de Comando e Controlo, a LTE colaborou activamente na elaboração das especificações de um Despacho de nova geração e respectivas unidades remotas, que prevêem a inclusão de funções de EMS (Energy Management System) e de DMS (Distribution Management System) e que, ao contrário dos actualmente existentes, têm características de sistema aberto .

No âmbito do Módulo de Conservação, a Empresa colaborou activamente na elaboração dos Guias de Manutenção dos vários elementos da rede eléctrica, que ficaram concluídos no final do ano.

A nível do Grupo EDP, foi a LTE a Empresa escolhida como piloto para a implementação do sistema EDI (Electronic Data Interchange), tendo-se iniciado em 1994 o seu funcionamento a título experimental, em paralelo com os sistemas tradicionais de Stocks e de Fornecedores.

Durante o ano foi implementado, em toda a Empresa, o novo sistema de Gestão da Frota que virá certamente a dar bom contributo para uma mais eficiente gestão do vasto parque de viaturas da LTE.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Durante o ano foi dado um passo significativo no domínio do controlo dos trânsitos de energia nas redes de 60 kV e subestações AT / MT, com a instalação de um equipamento de telecontagem centralizada, ampliando, assim, a utilização de equipamentos até há pouco usados apenas na contagem da energia fornecida a grandes Clientes.

Ainda no domínio da telecontagem, mas agora no âmbito da baixa tensão, a Empresa

participou na realização de um projecto piloto desenvolvido pelo INETI e pelo INESC, cujo protótipo se encontra já instalado em dois edifícios da cidade de Lisboa e numa zona de rede aérea do concelho de Sintra.

Acompanhando a tendência que se tem vindo a verificar a nível internacional, a LTE iniciou a instalação de subestações digitais em que os sistemas de controlo-comando e de protecções estão centralizados num único equipamento, que comunica directamente com o centro de manobras, através de um protocolo standard. Esta solução, para além de trazer grandes economias na mão-de-obra necessária para a instalação, permite, entre outras facilidades, que a parametrização das funções de protecção seja feita à distância, facilitando extremamente a exploração e a condução das redes eléctricas.

Além das acções inseridas no desenvolvimento dos vários módulos do SIREL, já referidas, a LTE colaborou nos trabalhos de desenvolvimento do Projecto DMS 2000, integrado no Projecto Comunitário ESPRIT.

No âmbito do intercâmbio entre a Empresa e as Universidades, que se tem procurado estimular, foi celebrado um protocolo com o Instituto Superior Técnico, para o desenvolvimento, por esta entidade, de um sistema de monitorização de postos de transformação, que permita transmitir para o respectivo centro de manobras vasta gama de informações sobre o estado de funcionamento desses mesmos postos. Espera-se que este sistema, já montado numa instalação piloto em Lisboa, se venha a revelar de grande utilidade para o acompanhamento dos postos de transformação situados em zonas particularmente sensíveis.

Atendendo à sua importância como potencial de crescimento das vendas de energia eléctrica, tem a Empresa procurado acompanhar a evolução verificada no fabrico de veículos eléctricos e colaborar no desenvol-

vimento de um projecto nacional de fabrico de automóveis deste tipo.

No domínio da utilização racional de energia foram instalados, a título experimental e em colaboração com o Centro de Conservação de Energia, equipamentos destinados à redução do fluxo luminoso e conseqüente diminuição do consumo, em quatro redes de iluminação pública.

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

As principais actividades desenvolvidas neste domínio situaram-se essencialmente no âmbito das relações públicas, merecendo especial destaque as presenças nas manifestações dedicadas ao público infantil e juvenil, em particular as feiras infantis.

Foi ainda elevada a participação da LTE com stands - de uma maneira geral de qualidade reconhecida e até premiada - em Feiras e Exposições. Destacam-se as presenças verificadas em Loures, Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço, Chamusca, Santarém, Torres Novas, Alpiarça e Castelo Branco.

Particularmente relevante foi a criação, já no final do ano, do Gabinete de Comunicação que constituiu o primeiro passo para a implantação de uma política de comunicação na Empresa.

Foi ainda possível implementar algumas das acções consideradas prioritárias, destacando-se, pela sua relevância, no plano interno, os trabalhos preparatórios da edição de um boletim informativo destinado aos trabalhadores da Empresa.

POLÍTICA DE QUALIDADE

Toda a postura da Empresa tem vindo a ser progressivamente orientada para a

Qualidade, nas vertentes mais típicas da actividade de distribuição da energia eléctrica.

A Empresa tem vindo a assumir, cada vez mais acentuadamente, uma posição de preocupação por eventuais dificuldades que a sua actuação possa criar aos Clientes, procurando identificar as suas expectativas e necessidades e promover, junto dos seus colaboradores, uma atitude de excelência do seu comportamento para com aqueles.

Como reflexo deste comportamento, registou-se uma diminuição sensível no número e relevância das reclamações apresentadas pelos Clientes, tanto na forma escrita como pessoalmente aos balcões da Empresa, aspecto este que permitiu uma significativa melhoria nas condições em que o atendimento é efectuado, uma vez que se verifica uma cada vez maior disponibilidade por parte dos atendedores.

É ainda nessa linha de preocupação que se insere a afectação de parcelas significativas do investimento a novas instalações e à modernização das já existentes, com recurso às mais recentes inovações tecnológicas, sem esquecer uma adequada conservação preditiva, imprescindíveis à obtenção de bons índices de qualidade do serviço prestado ao Cliente.

Saliente-se ainda o facto de, a partir de 1994, todo o território da LTE se encontrar abrangido por centros de manobras, funcionando ininterruptamente, que permitem a recepção e o adequado encaminhamento de comunicações de faltas de corrente e a implementação de piquetes de assistência em todos os Centros de Distribuição.

Continuou a ser dada especial atenção à conservação sistemática dos candeeiros de iluminação pública, por forma a promover uma redução significativa do número de lâmpadas fundidas, contribuindo, assim,

para uma maior segurança dos utentes da via pública, aspecto a que as populações e autarquias são especialmente sensíveis.

No âmbito da melhoria da qualidade da medição dos fornecimentos de energia eléctrica, foi cumprido o programa de controlo metrológico dos contadores e concluído o processo de acreditação do laboratório de contadores como OVM - Organismo de Verificação Metro-lógica - junto do Instituto Português de Qualidade.

Por outro lado, e inserida na política global do Grupo EDP, foram dados os primeiros passos de um processo de auto-avaliação e autodiagnóstico, o que possibilitará uma definição mais cuidada das principais áreas carecidas de melhoria, bem como das medidas correctivas mais adequadas e ainda o estabelecimento das prioridades da sua implementação.

POLÍTICA DE AMBIENTE

Prosseguiram, durante o ano, as acções de adaptação de apoios de linhas de média tensão para instalação de ninhos de cegonha branca, em vastas áreas dos distritos de Santarém, Portalegre e Castelo Branco, por forma a contribuir para a preservação da espécie e salvaguardar a exploração das redes, acção esta que tem sido desenvolvida em colaboração com associações ambientalistas, designadamente com a Quercus. Tem sido dada particular atenção aos problemas associados ao atravessamento por linhas aéreas de áreas protegidas, destacando-se, em 1994, o início dos trabalhos em cabo subterrâneo para a alimentação da Peninha (Serra de Sintra) e os estudos de traçados alternativos realizados para a instalação da linha a 60 kV Alcoitão - Birre, estudos estes conduzidos em estreita cola-

aboração com o gabinete do Parque Natural de Sintra - Cascais.

Em colaboração com algumas Autarquias foram desenvolvidas acções tendentes à preservação de centros históricos, nomeadamente com eliminação de redes aéreas. Por se tratar de casos que se encontram em fase mais avançada, referem-se os da aldeia de Monsanto (concelho de Idanha-a-Nova) e da cidade de Torres Novas.

RECURSOS HUMANOS

Na sequência da reestruturação da EDP ficaram vinculados à LTE os trabalhadores da HIDROTEJO e parte dos trabalhadores colocados nas Empresas de serviços do Grupo. Em 31 de Dezembro de 1994, dos trabalhadores colocados na LTE, 189 prestavam serviço na Holding ou encontravam-se requisitados por entidades exteriores ao Grupo.

Tratando-se de trabalhadores que não se encontram directamente afectos às actividades da LTE, considerou-se mais adequada a sua não inclusão na análise global da problemática dos recursos humanos que incidirá sobre os trabalhadores oriundos da antiga estrutura da distribuição da DODT e que, no final do ano, eram 2904.

Durante o ano procurou dar-se particular atenção ao progressivo rejuvenescimento e adequação da equipa de pessoal às necessidades da Empresa, tendo em vista o acompanhamento da modernização técnica e administrativa definidas como um dos seus objectivos prioritários.

Efectivamente, foi possível manter a tendência de redução de efectivos e simultaneamente promover alguma renovação nos quadros da Empresa. Merece referência especial o esforço desenvolvido no recrutamento de novos quadros superiores, tendo sido possível, em 1994, proceder à concretização de 15 admissões.

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS

	1992	1993	1994			94-12-31	94-93 (%)
			Entradas	Saídas	Saldo		
Quadro Permanente	2 908	2 883	56	122	- 66	2 817	- 2,3
Contratados a termo certo	117	80	91	84	7	87	8,8
Total	3 025	2 963	147	206	- 59	2 904	- 2,0

A redução de 66 unidades no número de trabalhadores do quadro permanente resultou de 122 saídas "compensadas" por 56 admissões, o que permitiu alguma inversão

da tendência de envelhecimento do quadro de pessoal que, no final do ano, apresentava um nível etário médio de 45 anos.

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL

Categoria Profissional	1992		1993		1994	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Directores / Chefias Superiores	83	2,7	86	2,9	88	3,0
Quadros Superiores	105	3,5	107	3,6	129	4,4
Quadros Médios	35	1,2	31	1,0	29	1,0
Chefias Intermédias	149	4,9	136	4,6	83	2,9
Profissionais Altamente Qualificados	305	10,1	312	10,5	408	14,0
Profissionais Qualificados	1289	42,6	1303	44,0	1271	43,8
Profissionais Semi-Qualificados	844	27,9	826	27,9	742	25,6
Profissionais Não Qualificados	98	3,2	82	2,8	67	2,3
Contratados a Termo Certo	117	3,9	80	2,7	87	3,0
Total	3 025	100,0	2 963	100,0	2 904	100,0

ESTRUTURA ETÁRIA POR SEXO

Grupo Etário (anos)	1992			1993			1994			Estrutura (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	1992	1993	1994
18	1	0	1	0	0	0	0	0	0			
19 a 25	45	37	82	63	23	86	55	20	75			
26 a 30	87	63	150	82	52	134	69	25	94	24,5	21,3	15,8
31 a 35	373	135	508	292	119	411	195	94	289			
36 a 40	538	105	643	551	112	663	499	127	626			
41 a 45	459	73	532	488	81	569	517	81	598	38,8	41,6	42,5
46 a 50	345	55	400	367	55	422	405	89	474			
51 a 55	318	38	356	317	40	357	327	49	376			
56 a 60	266	21	287	269	11	280	288	17	305	36,7	37,1	41,7
61 a 65	58	3	61	37	2	39	50	3	53			
> 65	4	1	5	2	0	2	4	0	4			
TOTAL	2 494	531	3 025	2 468	495	2 963	2 409	495	2 904	100,0	100,0	100,0

O indicador habitualmente utilizado "número de trabalhadores por mil Clientes" apresentava, em 31 de Dezembro, um valor de 2,18 que é considerado de bom nível face às comparações com empresas congéneres.



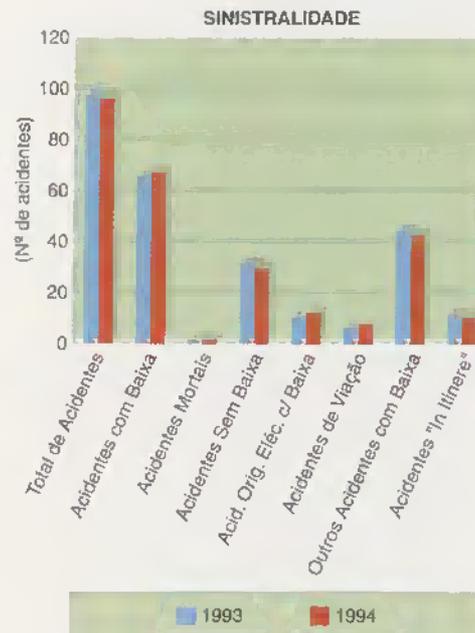
A actividade de formação continuou a desempenhar importante papel na adequação profissional dos trabalhadores à modernização pretendida.

Durante o ano foram realizadas 239 acções de formação que envolveram mais de 2000 formandos, sendo as principais áreas abrangidas a área comercial, a área técnica, designadamente na componente ligada à implementação do SIREN, e a área da informática.

Como forma de aproximação da Empresa aos estabelecimentos de ensino médio e superior, a LTE proporcionou estágios a 22 finalistas, contribuindo assim para a sua melhor inserção no mundo do trabalho.

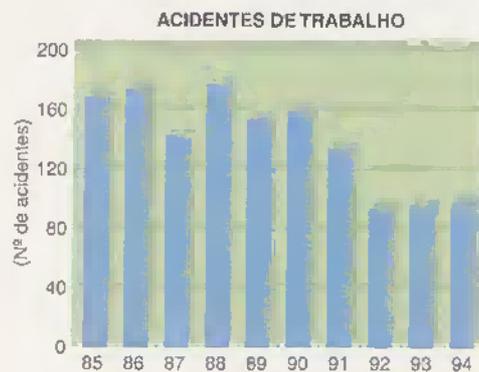
A prevenção e a segurança mereceram particular atenção durante o ano, sendo de realçar as acções desenvolvidas no âmbito da campanha de prevenção contra o consumo excessivo do álcool, que tiveram uma adesão e participação significativas da parte dos trabalhadores abrangidos.

Registaram-se, durante o ano, 101 acidentes, 68 dos quais provocaram baixa ao ser-



viço, não se tendo verificado qualquer acidente mortal.

No âmbito da Medicina no Trabalho foram



sujeitos a inspecção médica 1601 trabalhadores, isto é, mais de metade da população da Empresa.

Verificou-se, em 1994, nova redução da taxa de absentismo, que se situou em 6,7 %.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Financiamento

Não obstante ter sido atribuído a cada uma das empresas do Grupo, na altura da sua criação, um quantitativo de capital permanente alheio, a título de empréstimo, que passou a constituir obrigação financeira destas, a dívida global do Grupo manteve a sua titularidade na EDP.

Sendo o serviço da dívida global da responsabilidade da Holding e por não ter ainda sido estabelecido critério alternativo e mais adequado às condições económico-financeiras de cada empresa, aquela procede à repartição dos reembolsos e ao débito dos encargos financeiros.

A racionalidade executiva da função financeira, a par de adequada descentralização, foram, no âmbito do Grupo EDP, dois vectores essenciais de funcionamento durante o exercício.

Estrutura da dívida

A dívida da LTE perante a Holding sofreu, durante o exercício, a evolução indicada no quadro abaixo.

Verificou-se uma redução da dívida total de cerca de 10,6 milhões de contos, montante superior ao inicialmente considerado como de curto prazo.

De uma estrutura inicial que atribuía à Empresa 90 % do total da sua dívida ao médio e longo prazo e 10 % ao curto prazo,

evoluiu-se, em consequência das orientações recebidas da Holding e da redução referida, para uma dívida total, no final do exercício, de 77 milhões de contos, dos quais 78 % a médio e longo prazo e 22 % a curto prazo.

Comparticipações financeiras e apoio comunitário

A Empresa recebeu durante o exercício, sob a forma de subsídios ao investimento, participações financeiras no montante de cerca de 4 859 milhares de contos, em que se inclui o apoio recebido da União Europeia através de fundos comunitários, que se cifrou em 566,4 milhares de contos, valor este que apresenta a seguinte repartição:

Unidades: milhares de escudos

Projectos	PEDAP	FEDEP	PEDIP	Total
AT		62 829	26 663	89 492
MT	459 927			459 927
BT	16 932			16 932
TOTAL	476 859	62 829	26 663	566 351

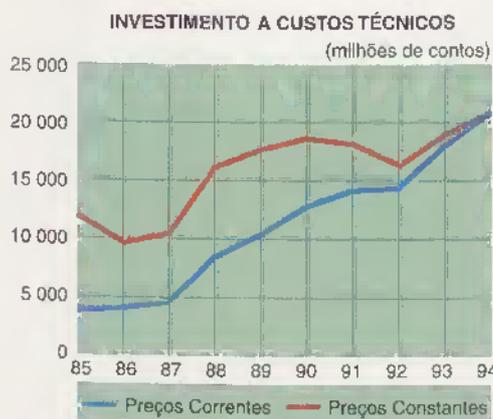
Investimento

O sector em que a Empresa actua - a distribuição de energia eléctrica - é, pela sua natureza, um sector de capital intensivo e, uma vez que as realizações se repartem por um número muito elevado de instalações, o investimento apresenta características de

Unidades: milhares de escudos

Dívida	Saldo Inicial		Aumentos	Diminuições	Saldo Final	
Médio e longo prazo	78 868 273	90%		18 761 485	60 106 788	78%
Curto prazo	8 763 000	10%	8 121 204		16 884 204	22%
	87 631 273	100%	8 121 204	18 761 485	76 990 992	100%

grande continuidade no tempo, próprias da afectação de recursos a projectos muito numerosos mas, na generalidade, de montante individual relativamente reduzido.



Em 1994 as despesas de investimento atingiram os 23,2 milhões de contos, incluindo custos de estrutura no valor de 3,5 milhões de contos (15,1 % do total) e encargos financeiros no valor de 1,5 milhões de contos (6,5 % do total). Há ainda a considerar 0,3 milhões de contos relativos à aquisição directa de imobilizado e a autos de entrega, não incluídos nos valores anteriores.

O investimento efectuado no exercício está fundamentalmente associado aos trabalhos de ligação de novos Clientes, à ampliação de instalações para satisfazer o aumento das cargas e à melhoria da qualidade de serviço, repartindo-se pelos vários níveis de tensão.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO

Custos Técnicos, Preços correntes

Actividades	1993		1994	
	milhares de contos	(%)	milhares de contos	(%)
Distribuição AT/MT	8 339	45,6	9 348	43,6
Distribuição BT	8 645	47,3	10 447	48,7
Equipamentos Acessórios	435	2,4	787	3,7
Investimento não Específico	851	4,7	861	4,0
TOTAL	18 269	100,0	21 443	100,0

Investimento que representa o esforço da Empresa (não incluindo alienações, abates, reclassificações, entregas em espécie e fornecimentos de outras empresas do Grupo)

O investimento na distribuição AT / MT, de montante superior a 9 milhões de contos, diz respeito fundamentalmente aos trabalhos realizados em subestações e em linhas aéreas e subterrâneas, nos vários níveis de tensão - 60, 30 ,15 e 10 kV.

O investimento na distribuição BT, superior a 10 milhões de contos, corresponde essencialmente aos trabalhos realizados em postos de transformação e em redes aéreas e subterrâneas de BT, e aos equipa-

mentos de contagem em que avulta a componente do controlo metroológico.

A ocorrência de algumas dificuldades relacionadas com a implementação do SGO, (nomeadamente devido a problemas surgidos no seu interface com o sistema de aprovisionamento) prejudicou a evolução normal das obras, o que conduziu à necessidade de grande esforço no final do ano. Este facto não impediu, no entanto, o cumprimento da previsão orçamental para o ano de 1994.

Realização económica e financeira

Balanço

Considerando como iniciais os valores em 1 de Janeiro de 1994, conforme são referi-

dos na acta da Assembleia Geral da EDP, realizada em 18 de Agosto de 1994, que promoveu a cisão da EDP e a constituição da LTE, o património da Empresa sofreu, durante o exercício, a seguinte evolução:

(contos)

BALANÇO RESUMIDO	Valores finais	Valores iniciais	Varição
ACTIVO			
IMOBILIZADO LIQUIDO	215 377 858	205 147 166	10 230 692
CIRCULANTE	43 588 034	26 783 562	16 804 472
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	10 408 475	3 474 662	6 933 813
TOTAL	269 374 367	235 405 390	33 968 977
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	92 419 739	85 834 255	6 585 484
PASSIVO	176 954 628	149 571 135	27 383 493
A médio e longo prazo	80 215 590	108 116 963	(27 901 373)
A curto prazo	58 004 517	15 461 959	42 542 558
Acréscimos e diferimentos	38 734 521	25 992 213	12 742 308
TOTAL	269 374 367	235 405 390	33 968 977

Face aos circunstancialismos em que a actividade de distribuição de energia eléctrica se desenvolve, afigura-se que a estrutura do Balanço reflecte uma apreciável solidez financeira da Empresa.

O rácio da solvabilidade total atinge o valor de 1,5 representando a capacidade do Activo da Empresa para satisfazer todos os seus compromissos financeiros.

Quanto à estrutura financeira, a relação final entre o capital próprio e o passivo a médio e longo prazo (1,15), sensivelmente melhor que a inicial, revela já alguns progressos conseguidos durante o exercício.

Por outro lado, o immobilizado total encontra-se ade-

quadamente coberto por capitais permanentes.

Relativamente ao rácio de liquidez geral, o valor atingido (68 %) reflecte o peso elevado dos empréstimos a curto prazo atribuídos à Empresa.

Analisando o Balanço apresentado nas Demonstrações Financeiras, afigura-se de referir, do lado do Activo, o acréscimo de 9,8 milhões de contos verificado no valor das immobilizações corpóreas líquidas. Apesar deste aumento aparentemente reduzido pelo efeito das amortizações do exercício, verificou-se um acréscimo do immobilizado bruto da Empresa de 23,7 milhões de contos.

(contos)

	Investimentos financeiros	Imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
Custos directos		510 711	17 455 074	17 965 785
Encargos de estrutura			3 477 156	3 477 156
Custos técnicos		510 711	20 932 230	21 442 941
Encargos financeiros			1 457 706	1 457 706
Custos totais		510 711	22 389 936	22 900 647
Entradas em espécie (comparticipações)		334 604		334 604
Fornecim. de outras empresas do Grupo		139 212		139 212
Abates, alienações e reclassificações	462 355	(185 166)		277 189
	462 355	799 361	22 389 936	23 651 652
Entradas em exploração		18 639 499	(18 639 499)	0
INVESTIMENTO TOTAL	462 355	19 438 860	3 750 437	23 651 652

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas quanto ao valor das existências de materiais diversos e à respectiva taxa de cobertura, prosseguiu-se o esforço iniciado em anos anteriores. Foi, assim, possível reduzir novamente os "stocks", desta vez em cerca de 21 milhares de contos, correspondendo a existência final a 1,7 meses do consumo. Considera-se que os valores alcançados representam um enorme esforço de compressão, pelo que se estará atento a eventuais reflexos negativos no andamento dos trabalhos indispensáveis de investimento e conservação.

As dívidas de clientes sofreram uma diminuição de cerca de 780 milhares de contos, traduzindo melhoria do índice de cobrança e alguma recuperação dos créditos atrasados, situando-se, no final do ano, em 26 488 milhares de contos.

As provisões para cobrança duvidosa foram reforçadas, fixando-se, no final do ano, em 8 635 milhares de contos, cobrindo agora a totalidade da dívida dos clientes considerados de cobrança duvidosa, e incluindo 713 milhares de contos referentes a outros clientes, de acordo com os respectivos atrasos de pagamento. Afigura-se que o novo valor da provisão cobre com segurança o risco de incobrabilidade das dívidas de

clientes com elevada mora de pagamento ou com processos judiciais pendentes.

A conta do Estado e outros entes públicos reflecte as relações directas com o Fisco, que passaram a ser estabelecidas pela Empresa desde a data de início de actividade. O valor indicado refere-se fundamentalmente a IVA a recuperar.

Em Outros Devedores são de destacar as seguintes relações estabelecidas com as restantes empresas do Grupo, situações que configuram novos procedimentos:

Ligação financeira líquida com a Holding	17 677 284 contos
Operações diversas	571 658 contos

O aumento revelado pela conta de Acréscimos e Diferimentos diz fundamentalmente respeito à contabilização de uma correcção do valor da energia adquirida à REN.

O Capital Próprio da Empresa foi reforçado em 6,6 milhões de contos, sendo 6,1 milhões de contos provenientes do resultado líquido do exercício, 0,2 milhões de contos devidos à contabilização de resultados transitados (reajustamento extraordinário de grande significado do activo imobilizado da Empresa em 94-01-01) e 0,3 milhões de contos referentes ao ajustamento do capital

da Hidrotejo, efectuado em conformidade com o método de equivalência patrimonial.

A provisão para o Fundo de Pensões, inicialmente existente, foi anulada, uma vez que a partir de 31 de Dezembro de 1994, a responsabilidade da Empresa se encontra totalmente coberta. Por sua vez, foi reforçada a provisão para reformas antecipadas, que se situa no final do ano em 3 232 milhares de contos. A dívida da Empresa perante a Holding sofreu uma redução global da ordem dos 10 640 milhares de contos, desdobrando-se este valor como segue:

A médio e longo prazo	(18 761)
A curto prazo	8 121
	<u>(10 640)</u>

O valor referido em Dívidas a Instituições de Crédito respeita ao saldo credor da conta de Depósitos bancários que reflecte, com normalidade, a situação (existente em final de período) resultante das relações envolvendo a LTE, a Banca e a EDP, face ao processo de reposição automática do saldo zero nas contas da Empresa, efectuada dia-

riamente pela tesouraria da Holding.

Os acréscimos revelados pelas contas de Fornecedores, correspondendo às suas facturas por pagar em 31 de Dezembro, estão em conformidade com o enorme esforço de investimento, que teve o seu ponto alto no final do ano.

Em Outros Credores incluem-se os saldos de operações diversas efectuadas com outras empresas do Grupo, que ascendiam, no final do exercício, a 12,3 milhões de contos, e à quota-parte da LTE respeitante à correcção de hidraulicidade (11,3 milhões de contos).

O aumento revelado pela conta Acréscimos e Diferimentos respeita fundamentalmente ao complemento da dotação extraordinária para o Fundo de Pensões (8,7 milhões de contos) e ao montante das participações (subsídios ao investimento) recebidas em dinheiro ou em espécie durante o exercício (4,9 milhões de contos).

Custos e proveitos

Como se pode verificar na Demonstração de Resultados resumida que se segue, as

	contos	%
Vendas e prestações de serviços	145 321 394	93,2
Trabalhos para a própria empresa (a)	10 286 091	6,6
Produtos e trabalhos em curso	23 192	0,0
Outras receitas correntes	320 893	0,2
PROVEITOS INERENTES AO VALOR ACRESCENTADO	155 951 570	100,0
Compra de electricidade	77 015 641	49,4
Materiais diversos	7 309 460	4,7
Fornecimentos e serviços externos	8 475 693	5,4
Impostos indirectos	148 488	0,1
CONSUMOS CORRIGIDOS (-)	92 949 282	59,6
VALOR ACRESCENTADO BRUTO (=)	63 002 288	40,4
Despesas com o pessoal (-)	15 385 421	9,9
Outros encargos de exploração (-)	4 754 979	3,0
Outros proveitos de exploração (+)	208 753	0,1
EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO (=)	43 070 641	27,6
Despesas Financeiras (-)	8 720 552	5,6
Receitas Financeiras (+)	2 461 514	1,6
Imputação de despesas financeiras a TPE (+)	1 457 706	0,9
Resultados extraordinários e de exercícios anteriores (-)	28 233 360	18,1
Imposto sobre o rendimento (-)	587 687	0,4
MEIOS LIBERTOS LIQUIDOS (CASH-FLOW) (=)	10 035 949	6,1
Amortizações (-)	13 739 198	8,8
Provisões (Líquidas) (+)	10 362 752	6,6
RESULTADO LÍQUIDO (=)	6 071 816	3,9

(a) Sem encargos financeiros

vendas e prestações de serviços atingiram, no exercício, o valor de cerca de 145 milhões de contos, para o qual contribuiu maioritariamente a venda de energia eléctrica com cerca de 144 milhões de contos.

A compra de electricidade atingiu quase metade do valor dos proveitos inerentes ao valor acrescentado.

Os custos com o pessoal representaram cerca de 10 % do total dos mesmos proveitos.

O elevado montante das despesas financeiras foi devido principalmente ao valor dos

juros suportados referentes ao empréstimo obtido da Holding (8,2 milhões de contos) e à quota-parte imputada à Empresa pela correcção de hidraulicidade (146 mil contos).

O valor fortemente negativo atingido pelos resultados extraordinários é essencialmente devido à contabilização das dotações da Empresa para o Fundo de Pensões (17 milhões de contos), para a correcção de hidraulicidade (10,5 milhões de contos) e para provisões para reformas antecipadas (1,6 milhões de contos).

	contos	%	
PROVEITOS CORRENTES			
Vendas	144 078 669	90,0	
Prestações de serviços	1 242 725	0,8	
Variação da produção	23 192	0,0	
Trabalhos para a própria empresa	11 743 797	7,3	
Proveitos suplementares	320 893	0,2	
Outros proveitos operacionais	208 753	0,1	
Proveitos financeiros	2 461 514	1,6	
(1)	160 079 543	100,0	
CUSTOS CORRENTES			
Custo das existências consumidas	84 325 101	52,7	
Fornecimentos e serviços externos	8 475 693	5,3	
Custos com o pessoal	15 385 421	9,6	
Amortizações	13 739 198	8,6	
Provisões	268 999	0,1	
Impostos	157 208	0,1	
Rendas de concessões	3 688 675	2,3	
Outros custos operacionais	1 057 583	0,7	
Custos financeiros	8 720 552	5,4	
(2)	135 818 430	84,8	
RESULTADOS CORRENTES	(1) - (2)	24 261 113	15,2

Analisando os custos correntes, pode verificar-se o peso relativo das diferentes rubricas, salientando-se, pela sua relevância, os valores das existências consumidas, com 84,3 milhões de contos, que incluem as compras de electricidade, dos custos com o pessoal, com 15,4 milhões de contos, das

amortizações, com 13,7 milhões de contos, e dos custos financeiros, com aproximadamente 8,7 milhões de contos.

O resultado líquido da Empresa foi, no exercício, de 6 071 816 contos e desdobra-se da forma seguinte:

Resultados operacionais	30 520 151
Resultados financeiros	(6 259 038)
Resultados correntes	24 261 113
Resultados extraordinários	(17 601 610)
Resultados antes de impostos	6 659 503
Imposto sobre o rendimento	(587 687)
Resultado líquido do exercício	6 071 816

• Aspectos fiscais e parafiscais

Foi efectuada e contabilizada, no exercício, uma estimativa do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). A Empresa liquidou durante o ano o montante de 3,7 milhões de contos a título de rendas devidas aos Municípios concedentes da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão.

No final do exercício não existiam dívidas vencidas ao Estado e à Segurança Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perspectivas para 1995

Constitui objectivo da Empresa, para 1995, alcançar um nível de desempenho económico e financeiro superior ao ocorrido em 1994, se as variáveis-chave com maior peso na formação dos custos, em que se inclui o preço de compra da energia eléctrica, não tiverem alterações de vulto em relação aos valores verificados no presente exercício, apesar da já conhecida evolução dos preços de venda de energia, que vai no sentido da sua diminuição em termos reais e mesmo em termos absolutos em algumas situações.

Efectivamente, a Convenção que instituiu o tarifário para 1995, acordada com a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, estabelece uma redução de 5 % nos preços

da potência e da energia de horas cheias e de ponta e de 8 % na energia de vazio para os Clientes AT, MT e BT acima de 19,8 kVA e manutenção do preço da energia para os restantes Clientes em BT, o que, tendo em conta a inflação esperada, se traduz em apreciáveis reduções nos preços reais de venda.

Espera-se, no entanto, poder vir a compensar este efeito com a previsível retoma do crescimento dos consumos e com o aumento de produtividade que se admite vir a alcançar por optimização dos meios e recursos - e que, assim, pela referida redução dos preços de venda, se partilha com os Clientes.

Prevê-se um investimento anual da ordem dos 21 milhões de contos, a custos técnicos, fundamentalmente destinado a fazer face ao aumento dos consumos, à alimentação de novas zonas habitacionais e, especialmente, à melhoria da qualidade do serviço, através da remodelação das redes e da utilização, cada vez mais alargada, de tecnologias mais evoluídas, tanto nos equipamentos como nos sistemas de comando e controlo. Será ainda dada particular importância ao acompanhamento dos grandes projectos previstos para a área de actuação da Empresa, com especial incidência nas realizações já anunciadas no âmbito da Expo 98.

A atenção ao Cliente, a audição e a resposta adequada aos seus problemas e às questões que levanta, enfim, o diálogo total ainda mais aberto mas também renovado, com os que são a razão principal da actividade da Empresa serão, cada vez mais, a motivação fundamental da acção a prosseguir.

Como forma de concretização destes objectivos, prevê-se a realização de inquéritos junto dos Clientes e a promoção de "garantias de serviço", não só como com-

promissos assumidos perante aqueles mas também como factores motivadores de um melhor desempenho da Empresa.

Procurar-se-á, em 1995, alargar o conceito de "atendimento total" a toda a área de actuação da LTE.

A inserção num Grupo com as dimensões daquele em que a Empresa se encontra integrada, permitirá certamente vir a obter, em 1995, uma melhor adequação do financiamento, em termos da sua repartição entre o curto prazo e o médio e longo prazo. Aos Recursos Humanos - suporte da actividade da Empresa - será dada particular atenção, procurando promover uma cada vez maior valorização profissional dos trabalhadores e a sua crescente identificação com os objectivos da Empresa.

O ano de 1995 irá ser o ano de consolidação da estrutura da nova Empresa e da sua afirmação empresarial no contexto do Grupo EDP e no meio em que se insere.

Em síntese, o ano de 1995 apresenta-se, para a LTE, com perspectivas favoráveis, prevenindo-se vir a atingir um nível de resultados superior ao de 1994, no pressuposto de que não ocorrerão circunstâncias imprevistas.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 25º dos Estatutos da LTE, propõe que o resultado líquido do exercício de 1994, no valor de 6 071 816 204\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	607 181 620\$00
Para Dividendos	4 130 000 000\$00
Para Distribuição de Resultados	
aos Corpos Gerentes	4 415 937\$00
Para Distribuição de Resultados	
aos Trabalhadores	547 100 000\$00
Para Resultados Transitados	783 118 647\$00

Nota Final

Na conclusão do Relatório do Exercício de 1994, o Conselho de Administração manifesta o seu grande reconhecimento e apreço pela dedicação e elevado profissionalismo que os trabalhadores da Empresa evidenciaram no desempenho das suas funções, sem os quais não teria sido possível atingir os resultados obtidos.

O Conselho agradece o apoio recebido das Entidades da Administração Pública com quem a Empresa mais se relaciona.

O Conselho agradece a colaboração e permanente apoio sempre recebidos do Conselho de Administração da Holding do Grupo EDP.

O Conselho de Administração manifesta o seu especial reconhecimento ao Conselho Fiscal pela elevada disponibilidade e prestimosa colaboração prestadas e pela compreensão manifestada pelas dificuldades inerentes à fase de arranque da Empresa.

Lisboa, 17 de Março de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente

Francisco de la Fuente Sánchez

José Alberto Marcos da Silva



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

ACTIVO				
Notas		Activo Bruto	Amortiz./Provis.	Activo Líquido
	IMOBILIZADO:			
03.a/10	Imobilizações corpóreas:			
	Imobilizações reversíveis (Regime do DL 344-B/82)	12 879 004 956	9 208 007 259	3 670 997 697
	Terrenos e recursos naturais	1 213 753 419		1 213 753 419
	Edifícios e outras construções	12 212 313 471	4 566 312 335	7 646 001 136
	Equipamento básico	349 810 424 687	172 342 932 624	177 467 492 063
	Equipamento de transporte	1 783 754 497	1 458 587 041	325 167 456
	Ferramentas e utensílios	362 402 652	294 414 223	67 988 429
	Equipamento administrativo	2 159 425 363	1 434 120 949	725 304 414
	Diferenças de câmbio	893 555 993	55 927 430	837 628 563
	Imobilizações em curso	10 292 920 268		10 292 920 268
		<u>391 607 555 306</u>	<u>189 360 301 861</u>	<u>202 247 253 445</u>
03.b/10/48.h	Investimentos financeiros:			
	Partes de capital em empresas do grupo	13 130 604 967		13 130 604 967
	CIRCULANTE:			
	Existências:			
03.c/41	Matérias-primas, subsid. e de consumo	1 048 296 671		1 048 296 671
42	Produtos e trabalhos em curso	92 841 520		92 841 520
		<u>1 141 138 191</u>		<u>1 141 138 191</u>
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:			
	Aularquias - Dívida 31/12/88	81 274 504		81 274 504
	Empresas do Grupo	3 978 252 983		3 978 252 983
		<u>4 059 527 487</u>		<u>4 059 527 487</u>
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:			
23/34	Cilentes, c/c	18 485 506 138	712 985 700	17 772 520 438
23/34	Clientes da cobrança duvidosa	7 921 715 380	7 921 715 380	0
	Empresas do grupo	1 117 504 951		1 117 504 951
	Estado e outros entes públicos	487 480 167		487 480 167
48.b	Outros devedores	18 880 063 804		18 880 063 804
		<u>46 892 270 440</u>	<u>8 634 701 080</u>	<u>38 257 569 360</u>
	Depósitos bancários e caixa:			
	Caixa	129 798 158		129 798 158
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
48.a	Acréscimos de proveitos	10 391 202 240		10 391 202 240
03.d/48.a	Custos diferidos	17 272 712		17 272 712
		<u>10 408 474 952</u>		<u>10 408 474 952</u>
	Total de amortizações		189 360 301 861	
	Total de provisões		8 634 701 080	
	Total do activo	467 369 369 501	197 995 002 941	269 374 366 560

DIRECÇÃO FINANCEIRA

O Técnico de Contas
Eusébio Pires da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO

Manuel Lopes Agostinho

Unidade: Escudos

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Notas		
	CAPITAL PRÓPRIO:	
35 a 38/40	Capital	42 900 000 000
40	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	327 414 532
	Reservas:	
35/40	Reservas livres	42 934 254 805
40	Resultados transitados	186 278 041
	Subtotal	86 347 947 378
	Resultado líquido do exercício	6 071 816 204
	Total do capital próprio	92 419 763 582
	PASSIVO:	
34/48.d	Provisões para riscos e encargos:	
	Provisões para pensões	3 232 368 966
	Outras provisões para riscos e encargos	9 442 234 193
		12 674 603 159
29	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	
	Empresas do grupo	60 106 788 419
	Outros credores	3 763 200 625
10.c	Conta regularização (Regime DL 344-B/82)	3 670 997 697
		67 540 986 741
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:	
	Dívidas a instituições de crédito	1 703 775 763
	Fornecedores, c/c	9 764 243 943
	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	138 078 691
	Empresas do grupo	16 884 203 680
	Fornecedores de imobilizado, c/c	3 048 804 150
	Estado e outros entes públicos	1 055 492 713
48.b	Outros credores	25 409 893 475
		58 004 492 415
48.a	Acréscimos e diferimentos:	
	Acréscimos de custos	10 213 363 974
	Proveitos diferidos	28 521 156 689
		38 734 520 663
	Total do Passivo	176 954 602 978
	Total do Capital Próprio e do Passivo	269 374 366 560

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente

Francisco de la Fuente Sánchez

José Alberto Marcos da Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1994

Unidade: Escudos

CUSTOS E PERDAS			
Notas			
41	Custo das existências vendidas e consumidas:		
	Electricidade	77 015 641 441	
	Materiais diversos	7 309 459 635	84 325 101 076
	Fornecimentos e serviços externos		8 475 693 047
	Custos com o pessoal:		
43	Remunerações	9 555 759 323	
	Encargos sociais:		
03.g	Pensões	2 078 522 869	
	Outros	3 751 138 745	15 385 420 937
10.b	Amortizações do imobilizado corpóreo	13 739 197 611	
34	Provisões	268 998 776	14 008 196 387
	Impostos	157 207 679	
03.a/48.e	Outros custos e perdas operacionais	4 746 258 836	4 903 466 515
	(A)		127 097 877 962
45	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do grupo	8 572 421 433	
	Outros	148 131 033	8 720 552 466
	(C)		135 818 430 428
46	Custos e perdas extraordinários		29 802 677 700
	(E)		165 621 108 128
	Imposto sobre o rendimento do exercício		587 686 548
	(G)		166 208 794 676
	Resultado líquido do exercício		6 071 816 204
			172 280 610 880
PROVEITOS E GANHOS			
Notas			
44.a	Vendas:		
	De energia eléctrica	143 881 900 580	
	Outras	196 768 255	
44.b	Prestações de serviços	1 242 725 078	145 321 393 913
42	Variação da produção		23 191 705
48.f	Trabalhos para a própria empresa		11 743 797 054
	Proveitos suplementares	320 893 449	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	208 752 621	529 646 070
	(B)		157 618 028 742
45	Outros juros e proveitos similares:		
	Relativos a empresas do grupo	949 692 763	
	Outros	1 511 821 540	2 461 514 303
	(D)		160 079 543 045
46	Proveitos e ganhos extraordinários		12 201 067 835
	(F)		172 280 610 880
	Resultados Operacionais	(B)-(A)	30 520 150 780
	Resultados Financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]	(6 259 038 163)
	Resultados Correntes	(D)-(C)	24 261 112 617
	Resultados Antes de Impostos	(F)-(C)	6 659 502 752
	Resultado Líquido do Exercício	(F)-(G)	6 071 816 204

DIRECÇÃO FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Eusébio Pires da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO

Manuel Lopes Agostinho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente

Francisco de la Fuente Sánchez

José Alberto Marcos da Silva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: milhares de escudos

FUNÇÕES DE EXPLORAÇÃO		
Vendas e prestações de serviços	(+)	145 321 394
Custos da função distribuição	(-)	100 580 941
RESULTADOS BRUTOS	(=)	44 740 453
Custos da função administrativa	(-)	3 043 850
Custos da função informática	(-)	178 280
Custos da função comercial	(-)	6 028 268
Custos de actividades complementares	(-)	84 957
Custos complementares de assistência	(-)	4 014 847
Outros custos operacionais	(-)	1 704 150
Outros proveitos operacionais	(+)	834 050
RESULTADOS OPERACIONAIS	(=)	30 520 151
Proveitos financeiros	(+)	2 461 515
Custos financeiros	(-)	8 720 552
RESULTADOS CORRENTES	(=)	24 261 114
Proveitos extraordinários	(+)	12 201 067
Custos extraordinários	(-)	29 802 678
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	(=)	6 659 503
Imposto sobre o rendimento do exercício	(-)	587 687
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	(=)	6 071 816
FUNÇÃO DE INVESTIMENTO (TPE) (*)		
Na Distribuição		11 743 797

(*) Parte realizada com meios da própria Empresa.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**00 - Introdução**

a) Constituição da Sociedade

A LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., foi constituída em Assembleia Geral da EDP-Electricidade de Portugal, S.A., realizada em 18 de Agosto de 1994, no âmbito da aprovação do Plano Geral de Cisões elaborado pelo Conselho de Administração da EDP em harmonia com o disposto nos Decretos-Lei nºs 7/91, de 8 de Janeiro, e 131/94, de 19 de Maio.

b) Exercício económico considerado

De acordo com decisão tomada na Assembleia Geral da EDP referida em a), as operações efectuadas pela EDP e enquadradas no âmbito da actividade da LTE foram consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efectuadas por conta desta, com efeitos desde 1 de Janeiro de 1994.

Deste modo, as demonstrações financeiras apresentadas reportam-se a todo o exercício económico de 1994.

c) Objecto e detentores do capital

A LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada, e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

d) Regime de preços

Os preços de venda de energia eléctrica (tarifas) são fixados por convenção negociada entre a EDP e a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei nº 18-A/89, de 12 de Janeiro.

e) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 344-B/82, o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se, no entanto, a possibilidade da sua concessão à EDP. Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de rendas aos municípios concedentes (Nota 48.d), actualmente fixadas pela Portaria nº 90-B/92.

Em conformidade com o diploma legal referido, a concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela EDP.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 03.a.ii e 10.a), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.a.ii).

A LTE, por força dos diplomas legais que estiveram na génese da sua criação, detém os direitos originários da EDP nas áreas da sua intervenção própria.

f) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As Notas números 04, 05, 06, 08, 09, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 39 e 47 não estão incluídas neste anexo por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da continuidade, prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

A Empresa foi constituída em 1994, pelo que não existem valores do ano anterior.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da LTE

As imobilizações corpóreas no Balanço mostram os valores brutos, que incluem as reavaliações efectuadas pela EDP sobre os valores de custo (de aquisição ou construção), e as respectivas amortizações acumuladas. Está igualmente contemplada a avaliação legalmente efectuada para efeitos de cisão da EDP. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos pela empresa-mãe para os financiar, bem como encargos de estrutura, como indicado nas alíneas e) e f) desta mesma Nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº 39º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79-02-01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79-03-28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizados que afectam.

Os imobilizados comparticipados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela amortização das comparticipações (registadas em Acréscimos e Diferimentos-Subsídios para Investimento), efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados da Empresa.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidas para resultados num período máximo de 6 anos, conforme alínea d) desta mesma Nota.

ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/82, conforme referido na alínea e) da Nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (Nota 10.a), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas e da avaliação operada para efeitos de cisão, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos às concessões são amortizados na mesma base e às mesmas taxas a que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores-Conta de regularização-Regime DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes (Nota 48.e). Os períodos de concessão, que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, poderão ser revogados com um aviso prévio de 2 anos.

b) Investimentos Financeiros

O investimento financeiro na Hidrotejo, S.A., está mostrado pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial.

As restantes participações encontram-se mostradas pelo valor de custo.

c) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

d) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados num período máximo de 6 anos (Nota 48.a).

e) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar as imobilizações em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 11).

As diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros. Este critério, adoptado pela EDP desde o exercício de 1986 e seguido pela LTE, tem justificação contabilística na especificidade do financiamento e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira da Empresa.

f) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos internos - Nota 48.e) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais da Empresa são repartidos entre o investimento (Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos projectos em curso.

g) Pensões de Reforma e Sobrevivência

A Empresa mantém a responsabilidade, oriunda da EDP, de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Esta responsabilidade foi sendo transferida para um Fundo de Pensões constituído em 1989, encontrando-se, a partir de 31 de Dezembro de 1994, integralmente coberta.

Este Fundo, que é gerido de forma centralizada a nível da Holding, suportará no futuro os complementos relativos aos reformados e pensionistas.

Durante o exercício a Empresa suportou os complementos pagos no ano cuja responsabilidade ainda não havia sido transferida para o Fundo.

Em conformidade com o Estatuto Unificado do Pessoal, os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela pré-reforma quando se encontram nas condições definidas nesse Estatuto. Para este efeito, foi constituída uma provisão que ascende, no final do exercício, a 3 232 369.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 3020 empregados, não existindo assalariados.

10 - Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

a) Activo Bruto

Rubricas	Valor inicial (a)	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	12 879 005					12 879 005
Subtotal (1.1)	12 879 005					12 879 005
Imobilizações Próprias:						
Terrenos e Recursos Naturais	1 213 754					1 213 754
Edifícios e Outras Construções	11 976 701		9 714		225 898	12 212 313
Equipamento Básico	330 904 824		551 759		18 353 841	349 810 424
Equipamento Técnico Específico	330 709 721		549 727		18 353 841	349 613 289
Outro Equipamento Básico	195 103		2 032			197 135
Equipamento de Transporte	1 913 068		27 947	(153 725)	(3 536)	1 783 754
Ferramentas e Utensílios	338 116		24 287			362 403
Equipamento Administrativo	1 810 933		370 820	(22 327)		2 159 426
Diferenças de Câmbio	839 374				54 182	893 556
Subtotal (1.2)	348 996 770		984 527	(176 052)	18 630 385	368 435 630
Imobilizações em Curso	6 542 483		22 389 936		(18 639 499)	10 292 920
Subtotal (1.3)	6 542 483		22 389 936		(18 639 499)	10 292 920
Total (1)	368 418 258		23 374 463	(176 052)	(9 114)	391 607 555
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital	12 668 250	462 415			(60)	13 130 605
Total (2)	12 668 250	462 415			(60)	13 130 605
Total Geral (1)+(2)	381 086 508	462 415	23 374 463	(176 052)	(9 174)	404 738 160

(a) Inclui o reajustamento extraordinário levado a Resultados transitados (Nota 40).

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Valor inicial (a)	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações de Regime do DL 344-B/82	8 765 911		442 096		9 208 007
Subtotal (1)	8 765 911		442 096		9 208 007
Imobilizações Próprias:					
Edifícios e Outras Construções	4 269 457		296 855		4 566 312
Equipamento Básico	159 735 583		12 608 114	(744)	172 342 933
Equipamento Técnico Específico	159 619 618		12 596 864	(744)	172 215 738
Outro Equipamento Básico	115 945		11 249		127 194
Equipamento de Transporte	1 419 703		182 991	(144 106)	1 458 588
Ferramentas e Utensílios	273 427		20 318	669	294 414
Equipamento Administrativo	1 261 959		159 971	12 191	1 434 121
Diferenças de Câmbio	27 044		28 853	30	55 927
Subtotal (2)	166 987 153		13 297 102	(131 960)	180 152 295
Total (1)+(2)	175 753 064		13 739 198	(131 960)	189 360 302

(a) Inclui o reajustamento extraordinário levado a Resultados transitados (Nota 40).

c) Observações

- i) O equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.
- ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pela LTE, continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1994:

Imobilizado	12 879 005
Amortizações	9 208 007
Valor líquido	3 670 998

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.e, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento	Diferenças de Câmbio	Total
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Edifícios e Outras Construções	156 617	(36 889)	119 728
Equipamento Básico			
Equipamento Técnico Específico	1 652 550	(314 571)	1 337 979
TOTAL	1 809 167	(351 460)	1 457 707

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 264/92
Decreto-Lei nº 399-G/81	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 7/91

De acordo com o Decreto-Lei nº. 7/91, as reservas resultantes das reavaliações efectuadas não foram objecto de destaque para efeitos de cisão da EDP.

13 - Custos Históricos das Imobilizações Corpóreas

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é a seguinte:

Rubricas	Custos Históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores Contabilísticos Reavaliados
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	1 261 034	2 409 964	3 670 998
Subtotal (1)	1 261 034	2 409 964	3 670 998
Imobilizações Próprias:			
Terrenos e Recursos Naturais	327 084	886 669	1 213 753
Edifícios e Outras Construções	2 363 788	5 282 213	7 646 001
Equipamento Básico	97 875 909	79 591 583	177 467 492
Equipamento Técnico Específico	97 821 352	79 576 199	177 397 551
Outro Equipamento Básico	54 557	15 384	69 941
Equipamento de Transporte	293 749	31 418	325 167
Ferramentas e Utensílios	43 352	24 637	67 989
Equipamento Administrativo	591 352	133 952	725 304
Diferenças de Câmbio	837 629		837 629
Subtotal (2)	102 332 863	85 950 472	188 283 335
Imobilizações em curso	10 292 920		10 292 920
Subtotal (3)	10 292 920		10 292 920
TOTAL (1)+(2)+(3)	113 886 817	88 360 436	202 247 253

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

- a) Todas as imobilizações estão afectas à actividade de distribuição de energia eléctrica.
b) Os custos financeiros nelas capitalizados no exercício foram os seguintes (Nota 11):

Juros de financiamento	1 809 167
Diferenças de câmbio (favoráveis).....	(351 460)
	<u>1 457 707</u>

15 - Imobilizado em Locação Financeira

A Empresa utiliza, em regime de locação financeira, os seguintes bens, cujos valores contabilísticos são:

Bens	Valor Bruto (Conta 42)	Amortizações Acumuladas (Conta 48)	Valor Líquido
Equipamento de Transporte	13 318	6 737	6 581
	13 318	6 737	6 581

É a seguinte a previsão dos pagamentos futuros:

Amortizações do capital em dívida.....	2 493
Encargos financeiros	144
IVA	448
	<u>3 085</u>

16 - Investimentos Financeiros

Firma e Sede (Empresas do Grupo EDP)	Capital Devido (%)	Capitais Próprios
HIDROTEJO - Hidroelétrica do Tejo, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 - Lisboa	100	12 817 855
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 - Porto	5	800 000
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55-2º - Lisboa	5	740 257
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 - Sacavém	5	550 333
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua da Cova da Moura, 2-4º - Lisboa	10	99 870
SÃVIDA - Medicina Aporada, S.A. Av. Casal Ribeiro, 15-8º - Lisboa	10	115 008
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) - Sacavém	10	503 659

Todas as participações indicadas foram adquiridas em 94-08-18, data de constituição da LTE.

A LTE é objecto de consolidação das demonstrações financeiras por parte da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., com sede na Av. José Malhoa, Lote A 13, em Lisboa.

Por este motivo, encontra-se, nos termos do Artº 3º do Decreto-Lei nº 7/91, de 2 de Julho, dispensada de proceder à consolidação de contas.

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Clientes, c/c	
Autarquias - Dívida posterior a 88-12-31	1 634 681
Clientes de cobrança duvidosa	7 921 715

25 - Dívidas e ao Pessoal

Valores a receber	10 604
Valores a pagar	1 446 527

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

Dívidas a terceiros a mais de 5 anos:

Empresas do grupo	
Empréstimos obtidos da Holding	17 545 568
Outros credores	
Cauções recebidas de clientes	3 762 408
Conta de regularização (DL 344-B/82)	1 018 420
	<u>22 326 396</u>

32 - Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 6806.

Estas garantias são constituídas, na sua quase totalidade, por garantias bancárias prestadas à Junta Autónoma de Estradas, para execução de trabalhos.

Foi ainda prestada a uma Empresa do Grupo (SÂVIDA) uma caução para serviços médicos no montante de 82 547.

A responsabilidade por letras descontadas ascende a 8599.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Valor inicial	Reforços	Reduções	Saldo Final
Para dívidas de clientes	8 365 702	268 999		8 634 701
Para riscos e encargos	21 735 251		9 060 648	12 674 603
TOTAL	30 100 953	268 999	9 060 648	21 309 304

35 - Realização do Capital Social

O capital da Empresa foi realizado por cisão da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., e destaque do seu património dos seguintes valores activos e passivos:

ACTIVO		PASSIVO	
Imobilizações Corpóreas:		De Curto Prazo:	
Imobilizado do DL nº 344-B/82	4 113 094	Fornecedores	3 513 267
Terrenos e recursos naturais	1 213 760	Estado e outros entes públicos	290 051
Edifícios e outras construções	7 720 017	Empresas do Grupo	8 763 000
Equipamento básico	170 970 203	Outros credores	2 895 640
Outro equipamento	1 919 359	Acréscimos e diferimentos	25 992 213
Imobilizado em curso	6 542 483	192 478 916	41 454 171
Investimentos financeiros	12 668 250	De Médio e Longo Prazo:	
Existências	1 139 050	Empresas do Grupo	78 868 273
Clientes c/c e títulos a receber	18 820 168	Outros credores	3 400 346
Autarquias até 88-12-31	81 394	Imobilizado do DL 344-B/82	4 113 094
Outros devedores	6 523 501	Provisões	21 735 251
Acréscimos e diferimentos	3 474 662		108 116 964
Disponibilidades	219 449	VALOR DESTACADO (ACTIVO LIQUIDO DO PASSIVO)	85 834 255
	235 405 390		235 405 390

O valor líquido destacado corresponde à realização do capital social (42 900 000) e à constituição de reservas livres (42 934 255).

36 - Capital - Número de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 42 900 000 acções escriturais nominativas de 1000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100% pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A..

38 - Capital Subscrito no Exercício

Todas as acções foram subscritas e realizadas no exercício.
São 42 900 000 acções de valor nominal de 1000\$00.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Valor inicial (a)	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	42 900 000			42 900 000
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas		327 414		327 414
Reservas Livres	42 934 255			42 934 255
Resultados Transitados		186 278		186 278
Resultado Líquido do Exercício		6 071 816		6 071 816
TOTAL	85 834 255	6 585 508		92 419 763

(a) Valor de constituição da Empresa.

O ajustamento de partes de capital em filiais e associadas respeita à participação na Hidrotejo, S.A., e foi feito utilizando o método da equivalência patrimonial. O valor apresentado em Resultados Transitados refere-se a um reajustamento extraordinário de grande significado, do activo imobilizado da Empresa, em 94-01-01.

O valor indicado em Reservas Livres representa o património líquido, transferido no acto de cisão da EDP e de criação da LTE, não coberto pelo capital social, ficando a constituir uma reserva considerada, apenas para este efeito, como equivalente a um prémio de emissão.

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Electricidade	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais		1 069 400	1 069 400
Compras e Produções Internas	77 015 641	7 287 243	84 302 884
Regularização de existências		1 114	1 114
Existências Finais		1 048 297	1 048 297
Custo do exercício	77 015 641	7 309 460	84 325 101

42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Existências Finais	92 842
Existências Iniciais	69 650
Variação do Exercício	23 192

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho de Administração	9 489	
Conselho Fiscal	1 232	
		<u>10 721</u>

Estas remunerações respeitam ao período de 18 de Agosto a 31 de Dezembro de 1994 e não incluem encargos patronais.

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo):

a) Vendas

a1) De energia eléctrica - Mercado interno

em Alta Tensão	9 036 875	
em Média Tensão	45 404 429	
em Baixa Tensão (>39,6 kVA)	11 536 217	
em Baixa Tensão	76 103 420	
em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	<u>1 800 960</u>	143 881 901

a2) Outras - Mercado interno

Materiais diversos		196 768
--------------------------	--	---------

b) Prestações de serviços - Mercado interno

de Electricidade	531 370	
de Outros	<u>711 355</u>	1 242 725
		<u>145 321 394</u>

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas		Proveitos e Ganhos	
Juros Suportados	8 340 185	Juros Obtidos	961 479
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	379 489	Rendimentos de Imóveis	2 269
Outros Custos e Perdas Financeiros	878	Rendimentos de Participações	
		de Capital em Empresas do Grupo	135 000
		Diferenças de Câmbio Favoráveis	541 090
		Descontos de Pronto Pagamento	
		Obtidos	171 492
Resultados Financeiros	(6 259 038)	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	650 184
	2 461 514		2 461 514

- a) A rubrica de Juros Suportados inclui, entre outros, 8 193 261, de juros dos empréstimos obtidos da Holding, e 146 128, de juros de correcção de hidraulicidade.
- b) A rubrica de Outros Custos e Perdas Financeiros inclui, entre outros, 871, de serviços bancários.
- c) A rubrica de Juros Obtidos inclui o montante de 654 152 referente a juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso no pagamento de facturação.
- d) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Financeiros inclui 643 878 de compensação por atrasos de pagamento de facturas BT.

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas		Proveitos e Ganhos	
Dívidas Incobráveis	502 881	Recuperação de Dívidas	348
Perdas em Existências	1 368	Ganhos em Existências	2 482
Perdas em Imobilizações	2 613	Ganhos em Imobilizações	8 960
Multas e Penalidades	183	Benefícios de Penalidades Contratuais	970
Aumentos de Amortizações e Provisões	30	Reduções de Amortizações e Provisões	10 632 494
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	45 195	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	11 113
Outros Custos e Perdas Extraordinários	29 250 408	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 544 701
Resultados Extraordinários	(17 601 610)		
	12 201 068		12 201 068

- a) A rubrica de Dívidas Incobráveis refere-se a:

Clientes	494 676
Outros devedores	8 205

- b) A rubrica de Outros Custos e Perdas Extraordinários inclui, entre outros, os seguintes valores:

Prémios para Pensões	17 076 591
Correcção hidraulicidade - dotação para o nível de referência	10 490 565
Provisão para reformas antecipadas	1 571 103

c) A rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui, entre outros, os seguintes montantes:

Compensação de amortizações de imobilizações comparticipadas (Nota 03.a.i)	1 038 739
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03.a.ii)	442 096

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimos de proveitos

Energia em contadores (estimativa)	3 933 456
Vendas e prestação de serviços a Empresas do Grupo	6 457 718
Outros acréscimos de proveitos.....	28
	<u>10 391 202</u>

Custos diferidos

Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 03.d)	14 585
Outros custos diferidos.....	2 688
	<u>17 273</u>

Os movimentos na rubrica Reparações e beneficiações de imobilizado foram os seguintes:

Valor inicial.....	17 500
Transferências para custos do exercício	2 915
	<u>14 585</u>

Acréscimos de custos

Férias e subsídios de férias	1 445 540
Dotação extraordinária para o Fundo de Pensões	8 724 872
Outros acréscimos de custos	42 952
	<u>10 213 364</u>

Proveitos diferidos

Subsídios para investimento (Nota 03.a.i).....	28 521 157
--	------------

Esta rubrica apresenta os valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

Os subsídios recebidos no exercício ascendem a 4 859 335, neles se incluindo 566 352 de fundos comunitários da UE.

b) Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros devedores

Adiantamentos ao pessoal	4 105	
Outras operações com o pessoal	6 465	
Consultores, assessores e intermediários	129	
Operações diversas com Empresas do Grupo	18 248 943	
Operações diversas com terceiros	620 422	18 880 064

Outros credores

Remunerações a pagar	954	
Sindicatos	3 871	
Operações diversas com Empresas do Grupo	23 603 171	
Operações diversas com terceiros	1 801 897	25 409 893

c) Provisões para Riscos e Encargos

Pensões de reformas antecipadas	3 232 369	
Actos médicos	9 442 234	12 674 603

d) Outros Custos e Perdas Operacionais

Esta rubrica inclui, entre outros, os seguintes valores:

Rendas de concessões	3 688 675	
Correcção de hidráulicidade - agravamento do exercício	889 178	

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Consumo de materiais	6 530 074	
Encargos directos internos (Nota 03.f)	96 046	
Encargos de Estrutura (Nota 03.f)	3 477 155	
Encargos Financeiros (Nota 03.e)	1 809 167	
Diferenças de Câmbio (Nota 03.e)	(351 460)	
Outros trabalhos para a própria Empresa	182 815	11 743 797

f) Custos com o pessoal

Para além dos encargos referidos na rubrica Custos com o Pessoal, os trabalhadores da Empresa beneficiam, em termos de contratação colectiva em vigor, de um contingente de energia eléctrica a preços reduzidos, a que corresponde um benefício total de 589 988 contos.

g) Inventário das Participações Financeiras em 94-12-31:

Empresas do Grupo	Quantidade	Valor nominal	Cotação em Bolsa	Valor de Balanço		Fracção do Capital detido (%)
				Total	Unitário	
HIDROTEJO	8 750 000	1 000\$00		12 969 354 967\$00	1 482\$21	100
HIDRORUMO	28 000	1 000\$00		40 000 000\$00	1 428\$57	5
PROET	22 500	1 000\$00		32 250 000\$00	1 433\$33	5
LABELEC	22 000	1 000\$00		27 500 000\$00	1 250\$00	5
MRH	8 000	1 000\$00		10 000 000\$00	1 250\$00	10
SÂVIDA	9 000	1 000\$00		11 500 000\$00	1 277\$78	10
EDINFOR	35 000	1 000\$00		40 000 000\$00	1 142\$86	10
TOTAL				13 130 604 967\$00		

DIRECÇÃO FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Eusóbio Pires da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO

Manuel Lopes Agostinho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente

Francisco de la Fuente Sánchez

José Alberto Marcos da Silva

Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Unidade: milhares de escudos

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
Internas:			Movimentos financeiros a médio e longo prazo:		
Resultado líquido do exercício	6 071 816		Aumentos das dívidas de terceiros:		
Amortizações	13 739 198		Autarquias-Dívida de 31/12/88	81 274	
Variação de provisões	12 674 603	32 485 617	Empresas do grupo	3 978 253	4 059 527
Externas:			Aumentos de imobilizações:		
Aumentos dos capitais próprios:			Imobilizações do regime do DL 344-B/82	4 113 094	
Capital inicial	42 900 000		Terras e recursos naturais	1 213 754	
Reservas livres iniciais	42 934 255		Edifícios e outras construções	7 942 856	
Ajustam. partes cap.fil.e assoc.	327 414		Equipamento básico	190 075 605	
Resultados transitados	186 278	86 347 947	Outro equipamento	2 348 222	
Movimentos financeiros a médio e longo prazo:			Imobilizado em curso	10 292 920	
Aumento das dívidas a terceiros:				215 986 451	
Empresas do grupo	60 106 788		Investimentos financeiros	13 130 605	229 117 056
Outros credores	3 763 201		Acréscimos e diferimentos:		
Conta regulariz.(DL344-B/82)	3 670 998	67 540 987	Custos diferidos		11 670
Acréscimos e diferimentos:					
Provisões diferidos	27 409 431				
Diminuição dos fundos circulantes	19 404 271				
		233 188 253			233 188 253

Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

Unidade: milhares de escudos

Aumentos das existências:				Aumentos das dívidas a terceiros	
Matérias-primas, subs.e de				a curto prazo:	
consumo	1 048 297			Dívidas a instituições de crédito	1 703 776
Produtos e trabalhos em curso	92 841	1 141 138		Fornecedores, c/c	9 764 244
Aumentos das dívidas de terceiros a				Fornecedores - Facturas em	
curto prazo:				recepção e conferência	138 079
Clientes, c/c	17 772 521			Empresas do grupo	16 884 203
Empresas do grupo	1 117 505			Fornecedores de imobilizado, c/c	3 048 804
Estado e outros entes públicos	487 480			Estado e outros entes públicos	1 055 493
Outros devedores	18 880 064	38 257 570		Outros credores	25 409 893
Aumentos das disponibilidades:				Acréscimos e diferimentos:	
Caixa		129 798		Acréscimos de custos	10 213 364
Acréscimos e diferimentos:				Proveitos diferidos	1 111 726
Acréscimos de proveitos	10 391 202				11 325 090
Custos diferidos	5 603	10 396 805			
Diminuição dos fundos circulantes					
		19 404 271			
		69 329 582			69 329 582

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**-Artº 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais-**

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 1994, eram titulares do capital da LTE-Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.:

- EDP - Electricidade de Portugal, S.A.,
com sede na Avenida José Malhoa, lote A13, Lisboa.....100% do capital social
- Não se verificou durante o exercício de 1994 qualquer mudança de titularidade das acções da sociedade por qualquer causa.

Lisboa, 17 de Março de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente

Francisco de la Fuente Sánchez

José Alberto Marcos da Silva



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento ao estabelecido nos Estatutos da Sociedade e nos termos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o relatório da sua acção fiscalizadora e o seu Parecer sobre o relatório da gestão e as Contas da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., elaborados pelo Conselho de Administração e respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994.

RELATÓRIO

1. A LTE foi constituída em 18.08.94, data da aprovação em Assembleia Geral do Plano de Cisão da EDP, proposto pelo seu Conselho de Administração, com respeito dos Decretos-Lei nº 7/91 e 131/94 e visando a autonomização das diversas áreas de negócios existentes, sob o controlo operacional e estratégico da EDP, S.A..

2. No desempenho das nossas funções, e desde a nossa tomada de posse em Setembro de 1994, acompanhámos de forma regular a evolução da actividade da Empresa, tendo para o efeito reunido com o Conselho de Administração sempre que apropriado.

3. O cumprimento das disposições legais e estatutárias da Sociedade mereceram a permanente atenção do Conselho de Administração, pelo que nada temos a assinalar nesta circunstância.

4. Durante o período em que exercemos funções no exercício em apreço efectuámos as verificações dos livros, registos contabilísticos e suportes documentais e outras verificações que entendemos necessárias.

5. Apreciamos o "Relatório de Fiscalização" anual elaborado pelo ROC, representante da SROC membro deste Conselho, que fica a fazer parte integrante deste relatório e a

"certificação legal de contas", que merece a nossa total concordância.

6. O Relatório do Conselho de Administração contém as menções requeridas na lei e descreve com grande clareza e minúcia a evolução da actividade da Sociedade nos seus múltiplos aspectos e o modo como se organizou após o processo de cisão da EDP, S.A..

7. A proposta de aplicação de resultados contida naquele Relatório está elaborada de acordo com as disposições legais aplicáveis e merece o nosso acordo.

8. O Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento por todo o apoio recebido do Conselho de Administração e dos Serviços, o qual se mostrou da maior valia no desempenho das suas funções.

PARECER

Face ao que precede, somos de parecer que os Senhores Accionistas:

I. Aprovevem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respectivo Anexo respeitantes ao exercício de 1994, apresentados pelo Conselho de Administração;

II. Aprovevem a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 21 de Março de 1995

O CONSELHO FISCAL

Dr. Rui Rodrigues Pena - Presidente

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC

representada por Dr. António de Moura Rodrigues

Vogal (ROC)

Dr. José Norberto Rocha Januário

Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 269.374.367 contos e um total de capital próprio de 92.419.764 contos, incluindo um resultado líquido de 6.071.816 contos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável, sobre se as demons-

trações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

— a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não do princípio da continuidade.

- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 20 de Março de 1995

António de Moura Rodrigues,

em representação de

J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DA
LTE - ELECTRICIDADE DE LISBOA E VALE DO TEJO, S. A.
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1995**

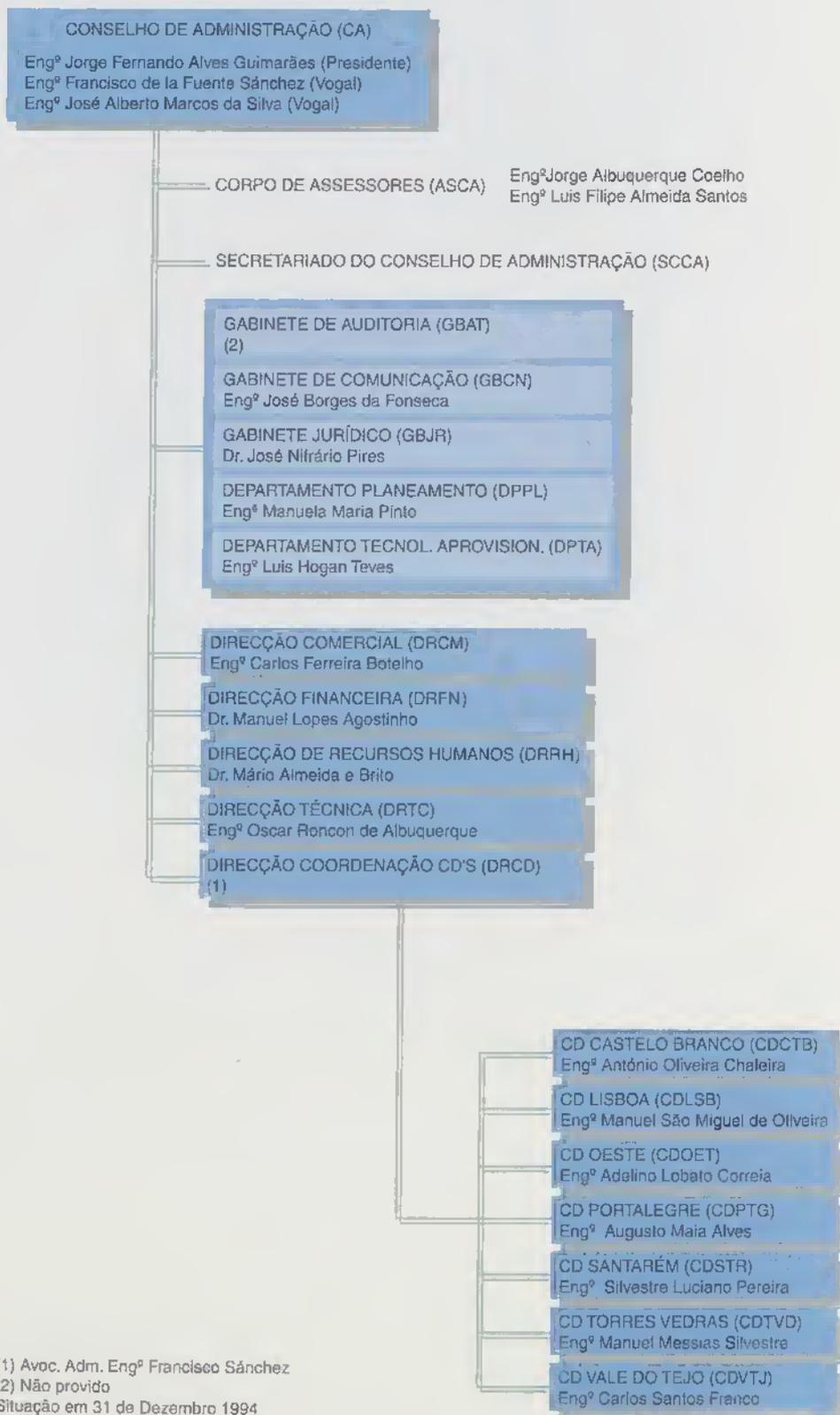
Acta Número Três

(...) O presidente da Mesa deu a palavra ao representante do accionista que nas suas palavras manifestou a grande satisfação pelos resultados obtidos pela LTE.

Em seguida foi este ponto da Ordem de Trabalhos submetido à votação, tendo o relatório de gestão e as contas do exercício de mil novecentos e noventa e quatro sido aprovados. (...)



ORGANIGRAMA DA LTE



(1) Avoc. Adm. Engº Francisco Sánchez

(2) Não provido

Situação em 31 de Dezembro 1994

ALGUNS INDICADORES RELEVANTES

Rendibilidade do capital próprio	
Resultado líquido / Capital próprio (%)	6,57
Rendibilidade económica	
Resultados operacionais / Activo (%)	11,33
Rendibilidade das vendas	
Resultado líquido / Vendas (%)	4,18
Rotação do activo	
Vendas / Activo (%)	53,95
Autonomia financeira	
Capital próprio / Activo (%)	34,31
Liquidez geral	
Activo circulante / Passivo a Curto Prazo (%)	68,15
Estrutura financeira	
Capital próprio / Passivo a Médio e longo prazo	1,15
Capacidade de autofinanciamento	
Cash-flow / Investimento a custos técnicos	0,47
Cobertura do imobilizado	
Capitais permanentes / Activo imobilizado (%)	80,17
Solvabilidade total	
Activo / Passivo	1,52
Prazo médio de recebimento (meses)	1,27
Taxa de cobertura das existências	
Existências / Consumos *12	1,72
VAB per-capita (milhares de contos)	
VAB / Efectivos médios	20,86
Vendas per-capita (milhares de contos)	
Vendas / Efectivos médios	48,12
Custo do factor trabalho per-capita (milhares de contos)	
Custo do factor trabalho / Efectivos médios	5,18

CONSUMOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

Classes de Indústrias	1993			1994 - Provisório			Variações em %		
	(GWh)			(GWh)			1993/92		
	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL	AT/MT	BT	TOTAL
20 - Indústrias extractivas	20,6	1,8	22,4	20,6	1,8	22,4	0,1	3,4	0,4
31 - Indústrias de Alimentação									
bebidas e tabaco	309,3	37,8	347,1	319,3	43,5	362,8	3,2	15,3	4,5
32 - Indústrias têxteis,									
do vestuário e do couro	110,5	15,8	126,2	110,1	16,4	126,6	-0,3	4,4	0,3
33 - Indústria da madeira									
e da cortiça	20,5	7,1	27,6	38,8	8,6	47,4	89,2	21,4	71,8
34 - Ind. do Papel, artes gráf.									
e edição de publicações	167,3	14,8	182,1	178,2	17,1	195,3	6,5	15,5	7,3
35 - Ind. químicas, dos deriv.									
do petróleo e do carvão									
e dos produtos de borracha e plástico	367,3	10,5	377,8	372,2	11,9	384,2	1,3	13,6	1,7
36 - Ind. dos produtos minerais									
não metálicos, com excepção dos									
derivados do petróleo bruto e do carvão	331,3	9,4	340,6	329,1	9,4	338,5	-0,7	0,3	-0,6
37 - Ind. metalúrgicas de base	70,0	4,6	74,6	75,4	3,9	79,2	7,7	-15,9	6,2
38 - Fab. de prod. metálicos									
e de máquinas, equipam.									
e material de transporte	224,1	23,3	247,4	228,4	25,2	253,6	1,9	8,2	2,5
39 - Out. ind. transformadoras	33,8	72,7	106,4	36,5	38,8	75,3	7,9	-46,5	-29,3
- Elevação de água para usos municipais	161,8	32,9	194,7	169,3	33,1	202,4	4,6	0,9	4,0
- Construção e obras públicas	30,6	55,7	86,2	43,4	59,1	102,4	41,9	6,1	18,8
TOTAL	1 846,9	266,1	2 133,0	1 921,0	269,0	2 190,0	4,0	-6,0	2,7
Consumos agrícolas	65,1	49,4	114,4	71,0	58,6	129,6	9,1	18,7	13,2
TOTAL GERAL	1 912,0	335,5	2 247,5	1 992,0	327,6	2 319,6	4,2	-2,4	3,2

BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA

Rubricas	1993 (GWh)	1994 - Provisório (GWh)	Variação em % 1994/93
ENERGIA ENTRADA NA REDE	7 438,7	7 697,5	3,5
Hidrotejo	88,3	167,9	90,1
REN	7 300,8	7 481,2	2,5
Outros Distribuidores	12,5	11,9	- 4,5
Produtores Independentes	37,2	36,5	- 2,0
ENERGIA SAÍDA DA REDE (1+2)	6 902,2	7 062,5	2,3
1 - VENDA DE ENERGIA	6 834,7	6 986,9	2,2
GRUPO EDP	55,6	60,3	8,5
REN	42,0	49,8	18,7
Outros Distribuidores	13,6	10,5	- 23,0
FORNECIMENTO DIRECTO A CONSUMIDORES	6 779,1	6 926,6	2,2
AT	667,0	728,6	9,2
MT	2 458,4	2 538,0	3,2
BTE	461,6	494,6	7,1
BTN (sem IP)	3 076,7	3 049,7	- 0,9
IP	115,5	115,8	0,3
2 - Sem Receita	67,5	75,6	12,0
Consumos Próprios	6,1	5,8	- 5,9
Fornecimentos Gratuitos (IP)	61,4	69,8	13,8
PERDAS	536,5	634,9	18,3

CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS

Rubricas	1993 (GWh)	1994 - Provisório (GWh)	Variação em % 1994/93
NÚMERO DE CONSUMIDORES	1 311 371	1 334 500	1,8
AT	12	14	16,7
MT	4 621	4 569	- 1,1
BTE	5 565	5 928	6,5
BT	1 301 173	1 323 989	1,8
CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)	6 852,8	7 011,8	2,3
Iluminação e outros usos	3 903,9	3 894,7	- 0,2
Domésticos	1 931,2	1 926,6	- 0,2
Não Domésticos	1 972,7	1 968,1	- 0,2
Ilum. do ed. do Estado, dos corpos administrativos, etc.	401,5	427,4	6,5
Cozinha e aquecimento	0,3		- 100,0
Usos industriais	1 963,1	2 015,7	2,7
Usos agrícolas	114,4	129,6	13,2
Traction	122,8	184,5	50,2
Electroquímica e electrometalurgia	169,9	174,3	2,6
Iluminação pública	176,8	185,6	5,0

EVOLUÇÃO DAS INSTALAÇÕES EM SERVIÇO

Rubricas	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
SUBESTAÇÕES										
Número de subestações	85	84	86	88	88	89	91	98	96	100
Número de transformadores	140	139	146	151	154	160	163	173	177	181
Potência instalada (MVA)	2 012,8	2 011,8	2 157,8	2 229,2	2 271,7	2 397,5	2 421,0	2 584,5	2 644,5	2 724,5
LINHAS (incluindo ramais em Km)										
Aéreas										
AT (60kV)	1 176,4	1 232,5	1 249,5	1 280,6	1 275,6	1 231,6	1 278,0	1 315,7	1 361,0	1 436,9
MT (6 / 10 / 15 / 30 kV)	6 919,3	7 036,3	7 218,2	7 428,3	7 862,4	8 304,3	8 653,2	8 961,3	9 173,5	9 476,4
Subterrâneas										
AT (60 kV)	174,6	174,6	186,8	190,3	197,6	206,7	209,3	207,9	211,5	213,0
MT (6 / 10 / 15 / 30 kV)	2 787,8	2 879,4	2 972,1	3 071,7	3 216,4	3 365,0	3 466,4	3 583,0	3 706,5	3 864,4
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO										
Unidades	5 917	6 103	6 333	6 563	6 922	7 315	7 624	7 922	8 134	8 464
Potência instalada (MVA)	1 744,3	1 823,7	1 910,3	1 979,2	2 060,9	2 155,7	2 253,4	2 340,2	2 423,5	2 529,4
REDES BT (km)										
Aéreas										
	9 653,0	9 940,8	10 123,4	10 770,3	11 108,0	11 541,2	11 774,6	11 830,2	11 964,7	12 110,8
Subterrâneas										
	4 095,4	4 250,6	4 26,0	4 639,3	4 894,9	5 204,8	5 447,4	5 664,9	5 927,4	6 169,2
CONTADORES (unidades)										
AT + MT	3 789	3 859	3 940	4 029	4 054	4 226	4 389	4 367	4 445	4 583
BT + BTE	1 131 558	1 156 450	1 179 338	1 204 507	1 230 370	1 251 487	1 280 995	1 284 173	1 306 738	1 329 917

INSTALAÇÕES EM SERVIÇO EM 94-12-31 (Valores provisórios)

Rubricas	Rede		Centros de Distribuição						Total
	Regional	CTB	LSB	OET	PTG	STR	VTJ	TVD	Global
SUBESTAÇÕES									
Número de subestações	70	1			7	14	5	3	100
Número de transformadores	142	2			8	15	9	5	181
Potência instalada	2 486,0	20,0			20,5	70,5	85,0	42,5	2 724,5
LINHAS (incluindo ramais em km)									
Aéreas									
AT 60 (kV)	1 436,9								1 436,9
MT (6 / 10 / 15 / 30 kV)		1238,3	6,3	466,8	2 051,8	3 802,6	980,1	930,5	9 476,4
SUBTERRÂNEAS									
AT (60 kV)	213,0								213,0
MT (6/10/15/30 kV)	157,1	72,6	1 586,5	1 297,5	31,8	102,3	554,9	61,7	3 864,4
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO									
Unidades		676	1 245	1 375	865	2 489	1 108	706	8 464
Potência instalada (MVA)		97,9	765,9	612,3	128,0	401,6	375,3	184,4	2 529,4
REDES BT (km)									
Aéreas									
		1 145,4	368,6	1 843,0	1 611,7	4 573,1	1 042,6	1 526,4	12 110,8
Subterrâneas									
		178,7	2 705,2	2 057,9	94,4	455,8	495,3	181,9	6 169,2
CONTADORES (unidades)									
AT + MT	14	162	1 161	853	345	1 080	649	319	4 583
BT + BTE		50 248	335 546	392 193	67 435	183 443	220 047	81 005	1 329 917

RESUMO DAS INSTALAÇÕES CONCLUÍDAS EM 1994 (Valores provisórios)

Rubricas	Rede		Centros de Distribuição						Total
	Regional	CTB	LSB	OET	PTG	STR	VTJ	TVD	Global
SUBESTAÇÕES									
Número de Subestações	2								2
Número de Transformadores	4								4
Potência instalada (MVA)	80,0								80,0
LINHAS (incluindo ramais em km)									
Aéreas									
AT 60 (kV)	83,2								83,2
MT (6 / 10 / 15 / 30 kV)		106,3		15,6	122,4	116,6	30,1	29,7	420,8
Subterrâneas									
AT (60 kV)	1,5								1,5
MT (6 / 10 / 15 / 30 kV)		3,2	54,1	81,6	4,7	7,7	31,1	4,1	186,5
POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO									
Unidades		71	36	49	70	97	34	36	393
Potência instalada (MVA)		8,0	30,2	29,2	9,0	27,4	21,5	13,7	138,9
REDES BT (km)									
Aéreas		83,9	12,1	1,8	44,7	53,3	78,7	86,6	361,1
Subterrâneas		19,3	61,0	132,5	6,3	12,2	24,7	5,6	261,7
CONTADORES (unidades)									
AT + MT	2	6	12	15	19	34	34	16	138
BT + BTE		1 132	400	11 200	665	3 416	4 581	1 785	23 179





LTE

Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

Sede Social: Rua Camilo Castelo Branco, 43 - 1050 LISBOA
Telef. (01) 353 88 33 - Fax (01) 353 40 94

F
EC1